# GAZETA REGIONAL

Então vereis a diferença entre o que serve a Deus e o que não serve. Ml. 3:18

QUINTA-FEIRA, 06 DE JUNHO DE 2024

DIRETOR: Jucelino Costa dos Santos

EDIÇÃO: 4150

R\$ 3,50

# Com custo de R\$ 27 milhões, presídio feminino de Goioerê será referência, diz diretor do Deppen

# Governador sanciona lei que cria o programa Parceiro da Escola

O governador Carlos Massa Ratinho Junior sancionou nesta terça-feira (4) a lei ( 22.006/2024 ) que cria o programa Parceiro da Escola e permite a implantação em 204 unidades elegíveis da rede estadual. Ele foi aprovado por ampla maioria na Assembleia Legislativa após discussões nas duas últimas semanas. O programa da Secretaria de Estado da Educação (Seed) tem a finalidade de melhorar a gestão administrativa e de infraestrutura de escolas estaduais mediante parceria com empresas especializadas em gestão educacional.



Em visita a Goioerê nesta terça-feira, dia 04, o diretor geral do Deppen - Departamento de Polícia Penal do Paraná, Reginaldo Peixoto, disse que o presídio feminino da cidade será referência para o Paraná. A obra está orçada em cerca de R\$ 27 milhões, sendo capaz de atender 280 mulheres. De acordo com o diretor do Deppen, o projeto estrutural do presídio já foi concluído e aprovado. "Agora, estamos trabalhando no cumprimento de algumas exigências legais para que possamos licitar o projeto", explicou Peixoto, acrescentando que ainda este ano a obra será licitada e em seguida iniciada pelo Governo Estadual.

PÁGINA 03

# Apae de Goioerê recebe homenagem da Câmara Municipal pelos seus 50 anos





A Apae de Goioerê, através de seus diretores, recebeu nesta segunda-feira, dia 03, durante sessão solene na Câmara Municipal, uma Moção de Louvor, pela passagem dos seus 52 anos na cidade. A homenagem partiu do vereador "Kleber Paraíba", com o apoio de todos os demais parlamentares. PÁGINA 02

# Junho Verde: Saúde alerta sobre importância do tratamento precoce da escoliose

Cintura assimétrica, um ombro mais alto que o outro e quadril inclinado. Esses são alguns indícios da escoliose, uma patologia que se caracteriza por curvatura da coluna vertebral em forma de "S" ou "C" que, além de provocar desconforto e dores musculares, com o tempo pode causar alteração nos sistemas respiratório e cardíaco.

# PÁGINA 03 Portal dos Municípios já disponibiliza dados fiscais para 150 prefeituras do Paraná

Mais de 150 cidades do Paraná já aderiram ao Portal dos Municípios, ferramenta criada pela Secretaria da Fazenda e pela Receita Estadual, e desenvolvida pela Celepar, que possibilita aos 399 municípios paranaenses acesso a informações econômicas e fiscais a partir da troca de dados entre prefeituras e Estado.



# Seguem abertas as inscrições para o curso de Técnico em Enfermagem

Seguem abertas no Colégio Estadual Polivalente de Goioerê – Premen I - as inscrições para o Curso de Técnico em Enfermagem. O curso é voltado para quem já concluiu o Ensino Médio.

PÁGINA 03



# Janiópolis assina maior convênio da história do município: R\$ 5,5 milhões para diversas obras

O prefeito de Janiópolis, Ismael Dezanoski, assinou na última semana, durante solenidade no Palácio Iguaçu, em Curitiba, o maior convênio para investimentos na história do município. No total R\$ 5.593.848,28, foram garantidos sendo R\$ 4.329.391,45 de pavimentação de vias urbanas e R\$ 1.264.456,83, para iluminação de LED.

# Apae de Goioerê recebe homenagem da Câmara Municipal pelos seus 50 anos





Poss

O ex-deputado Alex Canziani (Avante) tomou posse como secretário de Inovação, Modernização e Transformação Digital do Paraná no lugar do deputado Marcelo Rangel (PSD) que deve disputar a prefeitura de Ponta Grossa. "Acreditamos muito na inovação e na educação como pautas fundamentais para a transformação e melhoria da vida das pessoas", disse a deputada Luísa Canziani (PSD), filha do secretário.

### Trancamento

A juíza Lydia Aparecida Martins, da 3ª Zona Eleitoral de Curitiba, determinou o trancamento de ação penal eleitoral contra o deputado Beto Richa (PSDB) que ainda era consequência da força-tarefa da 'lava jato'. A sentença foi provocada por um pedido de extensão dos efeitos da decisão do ministro Dias Toffoli, do STF, que anulou todos os atos praticados contra Richa em diversas investigações da Polícia Federal, entre elas a chamada "operação piloto".

### Parceiro da Escola

O governador Ratinho Júnior (PSD) sancionou a lei que cria o programa Parceiro da Escola, permitindo sua implantação em 204 escolas elegíveis da rede estadual. Aprovado por ampla maioria na Assembleia Legislativa, o programa da Secretaria de Estadual de Educação visa melhorar a gestão administrativa e a infraestrutura das escolas estaduais através de parcerias com empresas especializadas em gestão educacional.

### Educação ambiental

O Parque do Buriti em Pato Branco inaugurou um centro de educação ambiental. A iniciativa faz parte do projeto "Apoie um Viveiro", do Instituto Água e Terra, que busca melhorar a infraestrutura dos locais por meio de doações.

### Ré

A Primeira Turma do STF tornou réu o senador Sérgio Moro (União Brasil) por calúnia contra o ministro Gilmar Mendes. Moro foi denunciado pela PGR pelo crime de calúnia, após um vídeo viralizar mostrando o senador mencionando "comprar um habeas corpus" do magistrado.

# Feijão

As condições climáticas têm impactado as produções agrícolas em todo o país, incluindo o Paraná, onde houve redução no potencial de algumas culturas. No entanto, no caso do feijão, a expectativa é de uma produção superior à da safra anterior. De acordo com o Departamento de Economia Rural, a área plantada de feijão teve aumento e deve passar de 294,7 mil hectares no ciclo anterior para 402,9 mil hectares agora.

# Junho Violeta

O Governo do Paraná está participando do Junho Violeta, uma data instituída pela ONU para combater e conscientizar sobre a violência contra a pessoa idosa. A ação inclui uma campanha educativa que visa orientar a população sobre vários tipos de crimes contra os idosos e incentivar a denúncia de maus-tratos. Liderada pela Secretaria Estadual da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, a campanha enfatiza a importância de denunciar crimes contra os idosos por meio de dois números de telefone.

# Da Redação ADI-PR Curitiba

Coluna publicada simultaneamente em 22 jornais e portais associados. Saiba mais em www.adipr.com.br

# GAZETA REGIONAL

# O PALADINO DA VERDADE

EDITORA GAZETA REGIONAL DE GOIOERÊ LTDA CNPJ:05.672.010/0001-97

Diretor Responsável: Jucelino Costa dos Santos

# REDAÇÃO, OFICINA E ESCRITÓRIO

Rua Uruguai, 15 - Jardim Morumbi CEP: 87.360-000 - Goioerê - Paraná

SEDE PRÓPRIA

Fone - 3522-2537 **E-Mail** gazetagoioere@gmail.com

Projeto visual e diagramação: Gazeta Regional



Os artigos assinados não exprimem necessariamente a opinião do Jornal

AApae de Goioerê, através de seus diretores, recebeu nesta segunda-feira, dia 03, durante sessão solene na Câmara Municipal, uma Moção de Louvor, pela passagem dos seus 52 anos na cidade. A homenagem partiu do vereador "Kleber Paraíba", com o apoio de todos os demais parlamentares.

"São 52 anos fazendo a diferença na vida de muitas famílias e alunos que passam diariamente pela instituição recebendo acolhimento que resulta no fortalecimento de laços familiares e sociais", destacou o vereador "Paraíba".

O presidente da Apae, Mauro Nishimura, presente na solenidade, agradeceu a homenagem e disse estar muito feliz pelo reconhecimento da Câmara Municipal. "Em nome da Apae a gente agradece e queremos dizer que essa homenagem é muito importante para nós e demonstra não apenas o valor da nossa escola para a sociedade, mas também o respaldo e o apoio das autoridades locais ao nosso



O presidente da Apae, Mauro Nishimura, quando recebida a homenagem em nome da entidade

trabalho", disse.

Já a professora Graziela Pareja, que foi homenageada pelos 15 anos como diretora da entidade, disse que o reconhecimento do Poder Legislativo fortalece e incentiva não só a diretoria da Apae, mas também professores e funcionários a seguirem em frente. "Só temos que agradecer e dizer que essa

homenagem é um incentivo para todos nós", comentou.

A diretora disse ainda que ao longo dos últimos anos a Apae vem escrevendo uma nova história graças ao apoio de toda a equipe que trabalha na entidade. "A Apae de Goioerê é uma referência e isso só tem sido possível graças ao trabalho incansável dos nossos

professores e funcionários",

HISTÓRIA: - A Apae de Goioerê iniciou suas atividades em 17 de dezembro de 1972 e de lá para cá tem funcionando de forma ininterrupta. Os fundadores da escola foi o saudoso casal Euzébio e Eloá Ghiotto.



Plenário da Câmara ficou lotado para as homenagens feitas nesta segunda-feira



A diretora Graziela Pareja foi homenageada pelos bons serviços prestados à frente da Apae de Goioerê

# Janiópolis assina maior convênio da história do município: R\$ 5,5 milhões para diversas obras

O prefeito de Janiópolis, Ismael Dezanoski, assinou na última semana, durante solenidade no Palácio Iguaçu, em Curitiba, o maior convênio para investimentos na história do município. No total R\$ 5.593.848,28, foram garantidos sendo R\$ 4.329.391,45 de pavimentação de vias urbanas e R\$ 1.264.456,83, para iluminação de LED.

Ismael explica que no caso dos recursos para a iluminação de LED, o Estado está entrando com R\$ 1.095.000,00 e o restante, R\$ 169.456,83 en-



O convênio foi assinado na semana passada na capital do estado

tram através de recursos próprios do município. O convênio foi assinado

através do programa "Asfalto Novo Vida Nova". O ato de assinatura

do convênio foi prestigiado pelo governador Ratinho Júnior, que segundo o prefeito Ismael, tem sido um grande parceiro das prefeituras. "Só temos que agradecer e dizer muito obrigado, especialmente ao governador Ratinho Júnior, que é um grande parceiros dos municípios do interior", citou.

O prefeito lembra que Janiópolis está vivendo um novo tempo, graças à boa gestão que está sendo feita, ajudando a transformar a cara da cidade.



QUINTA-FEIRA, 06 DE JUNHO DE 2024 GAZETA REGIONAL P03

# Com custo de R\$ 27 milhões, presídio feminino de Goioerê será referência, diz diretor do Deppen

Em visita a Goioerê nesta terça-feira, dia 04, o diretor geral do Deppen-Departamento de Polícia Penal do Paraná, Reginaldo Peixoto, disse que o presídio feminino da cidade será referência para o Paraná. A obra está orçada em cerca de R\$27 milhões, sendo capaz de atender 280 mulheres.

De acordo com o diretor do Deppen, o projeto estrutural do presídio já foi concluído e aprovado. "Agora, estamos trabalhando no cumprimento de algumas exigências legais para que possamos licitar o projeto", explicou Peixoto, acrescentando que ainda este ano a obra será licitada e em seguida iniciada pelo Governo Estadual.

Peixoto disse também que o presídio de Goioerê será a segunda unidade no Paraná totalmente adequada às necessidades das detentas. "O presídio que está sendo projetado para Goioerê será uma referência para todo o estado do Paraná, atendendo todas as exigências que contemplam as necessida-



O prefeito Betinho e o diretor do Deppen, Reginaldo Peixoto: presídio feminino em Goioerê



Reunião aconteceu no Gabinete Municipal: boa notícia para a cidade

des das detentas", citou.

O diretor do Deppen disse também que além das instalações comuns, o presídio de Goioerê contará com um atendimento especializado para mulheres, incluindo a implantação de uma maternidade dentro do espaço prisional. "Essa iniciativa é fundamental para atender às necessidades específicas das detentas, proporcionando um ambiente mais humano e adequado", ressaltou o diretor.

O terreno para a construção do futuro presídio está localizado às margens da BR-272, próximo ao Distrito de Jaracatiá e foi doado ao Governo Estadual pelo município. A localização estratégica foi elogiada pelo diretor da Polícia Penal. "É um terreno muito bem localizado, estrategicamente próximo à rodovia. Isso facilita o transporte

de presas para audiências e outros procedimentos", comentou Peixoto.

O prefeito Betinho Lima destacou a importância do novo presídio para a comunidade local. "A construção do presídio feminino é uma aspiração antiga da população, especialmente para diretores, professores e pais de alunos das escolas próximas à atual cadeia feminina, que abriga

um número considerável de presas", explicou.

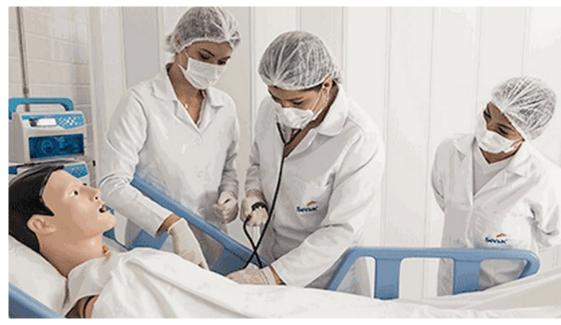
"Com esse investimento na cidade, estaremos resolvendo um problema de muitos anos. Além disso, a presença de mais policiais na cidade aumentará a sensação de segurança e impulsionará a economia local, com mais policiais residindo na cidade e consumindo no comércio local", afirmou Betinho Lima.

# Seguem abertas as inscrições para o curso de Técnico em Enfermagem

Seguem abertas no Colégio Estadual Polivalente de Goioerê—Premen I - as inscrições para o Curso de Técnico em Enfermagem. O curso é voltado para quem já concluiu o Ensino Médio.

Os interessados devem se inscrever até a próxima terça-feira, dia 10, para garantir sua participação no processo de seleção. As inscrições são feitas na secretaria do colégio.

Entre outros documentos exigidos para a efetivação da inscrição, estão a obrigatoriedade de apresentar o histórico escolar do Ensino Médio, CPF, conta de luz recente



O curso de enfermagem é ministrado no Premen I: inscrições estão abertas

e cartão Auxílio Brasil (se for beneficiário).

Para outras informações, os interessados

podem entrar em contato com a secretaria do colégio. Vale destacar que esta é grande oportunidade de avançar na sua formação e se preparar para uma carreira na área da saúde.

# Junho Verde: Saúde alerta sobre importância do tratamento precoce da escoliose Cintura assimétrica, um entre 3 e 18 anos. Outras 47 já

Cintura assimétrica, um ombro mais alto que o outro e quadril inclinado. Esses são alguns indícios da escoliose, uma patologia que se caracteriza por curvatura da coluna vertebral em forma de "S" ou "C" que, além de provocar desconforto e dores musculares, com o tempo pode causar alteração nos sistemas respiratório e cardíaco. A Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) alerta para a doença durante todo o Junho Verde: Mês Internacional da Conscientização sobre a Escoliose, uma campanha mundial que destaca a importância do diagnóstico precoce.

Além do tratamento por meio do uso de coletes ortopédicos, gesso e fisioterapia, em alguns casos é necessária a cirurgia para correção do desvio. A Sesa implantou no Complexo Hospitalar do Trabalhador (CHT) o Serviço de Deformidades Pediátricas da Coluna Vertebral e, em pouco mais de um ano, já realizou pelo Sistema Único de Saúde (SUS) mais de 50 cirurgias de escoliose em crianças e adolescentes

estão agendadas para serem feitas tanto no Hospital de Reabilitação (HR) quanto no Hospital do Trabalhador (HT). Entre os procedimentos

estão correções de escolioses congênitas, idiopáticas (curvatura lateral da coluna), sindrômicas (síndrome genética que afeta o desenvolvimento esquelético ou estrutural), neuromusculares (curvatura lateral da coluna, causada por várias doenças neuromusculares), cifoses (quando há redução ou aumento acentuado de uma ou mais curvaturas da coluna) e espondilolisteses (que pode afetar mais do que um local na coluna).

"O reforço e a inclusão deste serviço para pacientes do SUS no CHT foi possível após a reestruturação de equipamentos e ampliação da equipe médica, que hoje é composta por profissionais altamente qualificados e experientes no tratamento de condições ortopédicas pediátricas", disse o secretario estadual da Saúde, Beto Preto.





CÂMARA MUNICIPAL DE MOREIRA SALES

Av. João Theotônio Moreira Salles Netto, nº 1800 – Moreira Sales, Pr. CEP – 87370-000 - CNPJ N° 00.100.861/0001-85 - Fone/Fax: (44) 532.1398 E-mail: \_amarams@ymail.com

## DECLARAÇÃO (Audiência Pública)

O Presidente da Câmara Municipal de Moreira Sales, Senhor Rafael Maestá Bezerra, nas atribuições de suas funções DECLARA, que o Municipio de Moreira Sales, realizou a AUDIÊNCIA PÜBLICA, com fim específico de apresentar o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais do 1º Quadrimestre de 2024, do Poder Executivo Municipal, Fundo de Previdência Municipal e Departamento de Saúde, e a discussão das metas da LDO 2025, em atenção ao § 4º art 9º da Loi de Responsabilidade, Fiscal e a Instrução Normetiva nº art. 9°, da Lei de Responsabilidade Fiscal e a Instrução Normativa n 04/2006, de 04 de maio de 2006, do Tribunal de Contas do Paraná.

O Edital de Convocação foi publicado no Órgão Oficial do Município de Moreira Sales - Paraná: GAZETA REGIONAL no dia 21 de maio de 2024.

A referida AUDIÊNCIA foi realizada no dia: 29 de maio de 2024, com início às 14:00 horas, nas dependências da Câmara Municipal de Moreira Sales

A Comissão da Administração Tributária, Financeira, Orçamentária, Patrimonial e Administração Pública é a encarregada do acompanhamento da execução orçamentária e a realização de audiência.

Nome dos membros desta Comissão

Presidente - Roberto Carlos Paulique Relator – Ewerton Batista Adão Membro – Letícia Mario Rosa

Câmara Municipal de Moreira Sales-PR, em 03 de junho de 2024.

RAFAEL MAESTÁ BEZERRA Presidente da Câmara Municipal



MUNICÍPIO DE MOREIRA SALES

ESTADO DO PARANÁ Macedo, 629 – Moreiru Sales – PR. – CEP: 87370-000 17.025/0001-03 – Fone (044)3532 8100 – Fax (044) 3532 8121 www.moreirasales.pr.gov.br E-mail: <u>pmms@visaopet.com.br</u>

PORTARIA Nº. 625/2024. DATA: 03 DE JUNHO DE 2024

RAFAEL BRITO DO PRADO, Prefeito Municipal de Moreira Sales - Estado do Par

### RESOLVE

Art. 1º - EXONERAR: à pedido, conforme requerimento protocolado sob nº. 2410/2024 de 03 de junho de 2024 a servidora pública municipal Srª. Ana Paula Estercio Mourão da Silva, matr. 4626, RG.: 7.625, 862-7 SSP-PR, ocupante do cargo de Professora, admitida em 12/02/2010, em conformidade com o artigo 69, I, da lei municipal nº. 272/2005 de 12/12/2005 a partir de 03 de junho de 2024.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DO DISTRITO DO JARACATIÁ

Paço da Prefeitura Municipal de Moreira Sales — Estado do Paraná, em 03 de junho de 2024.

Publique-s Registre-se Cumpra-se

RAFAEL BRITO DO PRADO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO DISTRITO DE JARACATIÁ CNPJ:05.306.714/0001-46

O Presidente abaixo subscritos, da ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO DISTRITO DO JARACATIÁ com a CNPJ -05.306-714/0001-46, com sede na Rua Minas Gerais s/nº no Distrito de Jaracatiá no município de Goioerê - Pr, CONVOCAM, para a ASSEMBLEIA – GERAL EXTRAORDINÁRIA que será realizada no dia 20 de junho de 2024 às 19:00 horas na Escola Doutor Daniel Portela situada na Rua Pará s/nº no Distrito do Jaracatiá / PR. Com a seguinte finalidade específica: Eleição de novos membros da Diretoria.

Goioerê - Pr, 04 de junho de 2024.

Alleliton anche do nos cinuto

Weliton André do Nascimento CPF: 103.665.789-28

Presidente



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOREIRA SALES

. Mário Marangoni, n° 862 – Moreira Sales, Pr. – CEP – 87370-( CNPJ N° 00.100.861/0001-85 - Fone/Fax: (44) 532.1398 E-mail: <u>camarams@gmail.com.br</u>

# ANEXO II (Resolução 001/2008)

SOLICITAÇÃO DE DIÁBIAS

	SOLICITAÇÃO	DE DIAKI	AS
Proponente:			
LUIZ REINALDO MARTI	NS		
Cargo		Departame	ento
VEREADOR		CAMARA	MUNICIPAL
Localidade	Saída		Retorno
CURITIBA	04/06/2024		06/06/2024
Quantidade de Diária:	Categoria (*)		Valor:
-3-	"	l"	493,87
TOTAL		-	1.481,61

Deslocamento
VEÍCULO PODER LEGISLATIVO Justificativa:

Audiências: ALEP, SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO, ESCRITÓRIO ESTADUAL DO DEPUTADO FEDERAL TIÃO MEDEIROS.

03/06/2024 2.

Deferimento do Presidente da Mesa: DEFERIDO

(\*) "I" - Diária integral - "R" - Diária reduzida (50%) - "F" - Diária Fracionada 1/4

# ANEXO - III (Resolução 001/2008)

# TERMO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS: Nº 026/2024

Por este Termo, fica autorizada a concessão de 3 (três) diárias categoria: I nos termos do Anexo II, da Resolução nº 001/2008, e da solicitação do interessado, ao:

Servidor(a)	
Vereador(a): LUIZ REINALDO MARTINS	

Destino:	Km:	Valor R\$:
CURITIBA	550	1.481,61

04 a 06 de junho de 2024 Finalidade:

Audiências: ALEP, SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO, ESCRITÓRIO ESTADUAL DO DEPUTADO FEDERAL TIÃO MEDEIROS.

Dotação Orçamentária: 01.01 - 010310001.2.001-339014 Data da liberação: \_\_/\_\_/ Kelaho Ben Empenho nº\_\_\_\_de \_\_\_/\_\_/\_ Assinatura do Servidor(a) ou Vereador(a): Declaro ter recebido o valor con deste TERMO, em \_\_ / \_\_/





# ANEXO II (Resolução 001/2008)

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS

MAGALI DE MATOS BERTI Departamento
CAMARA MUNICIPAL Retorno 06/06/2024 Quantidade de Diária: Categoria (\*) 493,87

1.481,61

VEICULO PODER LEGISLATIVO

Justificativa:
Audiências: ALEP, SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO, ESCRITÓRIO ESTADUAL DO DEPUTADO FEDERAL TIÃO MEDEIROS.

Deferimento do Presidente da Mesa

TOTAL

DEFERIDO

Rhufer

(\*) "I" - Diária integral - "R" - Diária reduzida (50%) - "F"- Diária Fracionada 1/4

### ANEXO - III (Resolução 001/2008) TERMO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS: Nº 027/2024

Por este Termo, fica autorizada a concessão de 3 (três) diárias categoria: I nos termos do Anexo II, da Resolução nº 001/2008, e da solicitação do interessado, ao:

Servidor(a) Vereador(a): MAGALI DE MATOS BERTI **Km**: 550 Valor R\$: 1.481,61 Destino: CURITIBA Período: 04 a 06 de junho de 2024 Finalidade:
Audiências: ALEP, SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO, ESCRITÓRIO ESTADAL DO DEPUTADO FEDERAL TIÃO MEDEIROS. Dotação Orçamentária: 01.01 – 010310001.2.001-339014 Data da liberação: / / Empenho nº de / / Assinatura do Servidor(a) ou Vereador(a): Declaro ter deste TERMO, em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.



### CÂMARA MUNICIPAL DE MOREIRA SALES Mário Marangoni, nº 862 – Moreira Sales, Pr. – CEP – 8737 CNPJ № 00.100.861/0001-85 - Fone/Fax: (44) 532.1398 E-mail: <u>camarams@gmail.com.br</u>

edupe

ANEXO II (Resolução 001/2008) SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS LETÍCIA MÁRIO ROSA Saida 04/06/2024 Localidade CURITIBA Categoria (\*) Quantidade de Diária: 493,87 TOTAL 1.481,61 Deslocamento
VEÍCULO PODER LEGISLATIVO

Justificativa:

Audiências: ALEP, SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO, ESCRITÓRIO ESTADUAL DO DEPUTADO FEDERAL TIÃO MEDEIROS. Assinatura: WRC51 Deferimento do Presidente da Mesa: DEFERIDO

D4 6 06 12024 (\*) "I" - Diária integral - "R" - Diária reduzida (50%) - "F"- Diária Fracionada 1/4

ANEXO - III (Resolução 001/2008)

# TERMO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS: Nº 028/2024

Por este Termo, fica autorizada a concessão de 3 (três) diárias categoria: I nos termos do Anexo II, da Resolução nº 001/2008, e da solicitação do interessado, ao:

Vereador(a): LETÍCIA MÁRIO ROSA Valor R\$: 1.481,61 Destino: CURITIBA **Km**: 550 Período: 04 a 06 de junho de 2024 Finalidade:

Audiências: ALEP, SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO, ESCRITÓRIO ESTADUAL DO DEPUTADO FEDERAL TIÃO MEDEIROS. Refaul M. Begue Presidente Claro ter recebido o valor constan Assinatura do Servidor(a) ou Vereador(a): Declaro ter redeste TERMO, em \_\_\_/\_\_\_\_\_.



# MUNICÍPIO DE MOREIRA SALES

ESTADO DO PARANÁ

Macedo, 629 – Morcira Sales – PR. – CEP: 87370-000
217.0250001-03 – Fone (044)3532 3100 – Fax(044) 3532 3121

www.morcirasales.pr.gov.ls

E-mail: pmms@visaonet.com.br



PORTARIA Nº631/2024

SÚMULA: Concede Licença Prémio por Assiduidade a servidora pública municipal Srª JOSEFA APARECIDA DA SILVA ROCHA, nos termos do requerimento protocolado sob nº, 2398/2024 de 23/05/2024.

RAFAEL BRITO DO PRADO, Prefeito Municipal de Moreira Sales - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhes foram conferidas por lei:

# RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora pública Municipal Srª JOSEFA APARECIDA DA SILVA ROCHA, R.G.n.º 7.082.883 SSPPR, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, 36 (trinta e seis) dias de Licença Prêmio por Assiduidade, referente ao quinquênio 2016/2021, nos termos do mento protocolado sob nº 2398/2024 de 23/05/2024, a contar do dia 03/04/2024 à 08/05/2024, em conformidade com a lei Municipal nº, 540/2012 de 29 de Março de 2012, do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais de Moreira Sales.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço da Prefeitura Municipal de Moreira Sales - Estado do Paraná, em 05 de Junho de 2024. Registre-se Cumpra-se

RAFAEL BRITO DO PRADO



### MUNICÍPIO DE MOREIRA SALES

ESTADO DO PARANÁ
o Macedo, 629 – Moreira Sales – PR. – CEP: 87370-000
2.17.025.0001-03 – Fone (041) 8532 8100 – Fax (044) 8532 8
www.morciarsales.pr.gov.br
E-mail: pmms@visaonet.com.br

PORTARIA Nº. 630/2024. DATA: 05 DE JUNHO DE 2024

RAFAEL BRITO DO PRADO, Prefeito Municipal de Moreira Sales - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhes foram conferidas por Lei

### RESOLVE

Art. 1° - EXONERAR: A pedido, conforme requerimento protocolado sob rº. 2417/2024 de 05/06/2024 o servidor público municipal Sr. FRANK ROZAN MOROSINI, matr: 11614, RG. Nº. 4.239.709-1- SSP-PR, ocupante do cargo de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DISTRITAL ADMINISTRATIVO, admitido em 04/01/2021, em conformidade com o artigo 69, I, da lei municipal nº. 272/2005 de 12/12/2005 a partir de 06 de Junho de 2024.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço da Prefeitura Municipal de Moreira Sales – Estado do Paraná, em 05 de junho de

Publique-se Registre-se Cumpra-se

> RAFAEL BRITO DO PRADO Prefeito Municipal



EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 035/2024 CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

O Senhor ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI, Prefeito Municipal de Janiópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Edital de Concurso Público Nº 001/2023,

Art. 1º - Convoca a Candidata aprovado no Concurso Público Nº 001/2023, para se apresentar no dia 05 de junho de 2024, na Diretoria de Gestão de Pessoas e Recursos

SERVIÇOS GERAIS DE COZINHEIRA E LIMPEZA (SEDE)

Candidatos
VANESSA NASCIMENTO PEREIRA

Art. 2º - A candidata nomeada deverá assumir a convocação no dia 06 de junho de 2024, na Prefeitura Municipal de Janiópolis no setor de Recursos Humanos. Art. 3°- O candidato convocado que não comparecer dentro do prazo estabelecido no edital de

convocação, perderá sua vaga, na forma da Lei.

Art. 4° - Publique-se

Janiópolis, 04 de junho de 2024

ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI Prefeito Municipal

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 036/2024 CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

O Senhor ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI, Prefeito Municipal de Janiópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Edital de Concurso Público № 001/2023,

RESOLVE:

Art. 1º - Convoca a Candidata aprovada no Concurso Público Nº 001/2023, para se apresentar no dia 17 de junho de 2024, na Diretoria de Gestão de Pessoas e Recursos Humanos desta ENFERMEIRO(A)

Classificação Candidato

3° KAROLAY VIEIRA DE OLIVEIRA

Art. 2º - O candidato nomeado deverá assinar o contrato de trabalho no dia 19 de junho de 2024 na Prefeitura Municipal de Janiópolis no setor de Recursos Humanos.

Art. 3º- O candidato convocado que não comparecer dentro do prazo estabelecido no edital de convocação, perderá sua vaga, na forma da Lei.

Art. 4° - Publique-se

Janiópolis, 04 de junho de 2024

PORTARIA Nº 269/2024

ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI

SÚMULA: Conceder licença para tratamento

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, Estado do Paraná, Senhor ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI, no uso de suas atribulções legais e, nos termos do art. 126 da Lei Municipal nº 015/90.

# RESOLVE,

Art.1º Conceder Licença Para tratamento de saúde a servidora ADRIANA DE OLIVEIRA - matrícula nº 114936 CPF nº 073.870.859-35 e RG nº 9.817.743-4 SSP/PR, por 07 (sete) días, a partir do día 29 de maio de 2024, devendo retornar ao trabalho no día 05 de junho de 2024.

Art. 2º Esta portaria, entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 29 de maio de 2024

Art. 3º Publique-se

Janiópolis - PR, em 05 de junho de 2024.

ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI

PORTARIA Nº 270/2024

SÚMULA: Conceder licença para tratamento de saúde a servidor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, Estado do Paraná, Senhor ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do art. 126 da Lei Municipal nº 015/90.

### RESOLVE,

Art.1º Conceder Licença Para tratamento de saúde a servidora VALQUIRIA APARECIDA JULIO OLIVEIRA - matrícula nº 52442 CPF nº 034,566,869-35 e RG nº 8.114,524-5 SSP/PR, por 03 (três) dias, a partir do dia 16 de maio de 2024, devendo retornar ao trabalho no dia 19 de maio de 2024.

Art. 2º Esta portaria, entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 16 de maio de 2024.

Art. 3º Publique-se

Janiópolis - PR, em 05 de junho de 2024.

ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI



### PORTARIA Nº 271/2024

**súmuLA**: Conceder licença para tratamento de saúde a servidor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, Estado do Paraná, Senhor ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do art. 126 da Lei Municípai nº 015/90.

### RESOLVE,

Art.1º Conceder Licença Para tratamento de saúde a servidora DULCIMAR BATISTA DE SOUZA - matrícula nº 41270 CPF nº 015.907.189-50 e RG nº 6.111.646-0 SSP/PR, por 03 (três) días, a partir do día 03 de junho de 2024, devendo retornar ao trabalho no día 06 de junho de 2024.

Art. 2º Esta portaria, entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 03 de junho de 2024.

Art. 3° Publique-se

Janiópolis - PR, em 05 de junho de 2024

### ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI Prefeito Municipal

### PORTARIA N°272/2024

SÚMULA: Nomeia Candidato habilitado em Concurso Público Municipal para cargo Efetivo de SERVIÇOS GERAIS SEDE

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, Estado do Paraná, senhor ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI, no uso de suas atribuições legais e em estrita conformidade com a Constituição Federal, lei Orgânica do Município Edital nº 001/2024 do Concurso Público nº 001/2023 e demais legislações e documentos pertinentes, considerando a aprovação e preenchimento de todos os requisitos legais e regulamentares,

### RESOLVE,

Art. 1º - Nomear a Senhora RAFAELA APARECIDA DE MELO LIVENSKI portador do CPF 090.170.959-03 e RG 12.929.857-0 SESP- PR para o cargo de provimento efetivo de SERVIÇOS GERAIS (SEDE), por ter sido aprovado em 15º lugar no Concurso Público

Art. 2º-A remuneração inicial do Servidor corresponderá ao nível 01, da tabela de vencimento (CARREIRA DO GRUPO OPERACIONAL) constante no anexo I da lei complementar 094/2017 com as alterações das leis posteriores.

Art. 3°- O servidor nomeado deverá tomar posse no dia 05 de junho de 2024, na Secretaria De Viação E Urbanismo Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Janiópolis - PR, em 05 de junho de 2024.

### ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI PREFEITO MUNICIPAL

SÚMULA: Nomeia Candidato habilitado em Concurso Público Municipal para cargo Efetivo de TECNICO ENFERMAGEM

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, Estado do Paraná, senhor ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI, no uso de suas atribuições legais e em estrita conformidade com a Constituição Federal, lei Orgânica do Município Edital nº001/2024 do Concurso Público nº 001/2023 e demais legislações e documentos pertinentes, considerando a aprovação e preenchimento de todos os requisitos legais e regulamentarres,

### RESOLVE,

Art. 1º - Nomear a Senhora EDNA ALVES DO NASCIMENTO PINTO, portador do RG sob o nº 8.674.042-7 SSP-PR e do CPF sob o nº 007.424.759-05 para o cargo de provimento efetivo de TECNICO ENFERMAGEM, por ter sido aprovado em 4º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2023.

Art. 2º- A remuneração inicial do Servidor corresponderá ao nível 11, da tabela de vencimento (CARREIRA DO GRUPO OCUPACIONAL ADMINISTRATIVO) constante no anexo I da lei complementar 094/2017 com as alterações das leis posteriores. Art. 3°- O servidor nomeado deverá tomar posse no dia 06 de abril de junho, na Prefeitura

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as

### Janiópolis - PR, em 05 de junho de 2024.

### ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 274/2024

SÚMULA: Conceder licenca para tratamento de saúde a servidor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, Estado do Paraná, Senhor ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI, no uso de suas atribulções legais e, nos termos do art. 126 da Lei Municípal nº 015/90.

# RESOLVE,

Art.1° Conceder Licença Para tratamento de saúde a servidora ANA PAULA GOMES HARMATIUK - matrícula nº 83399 CPF nº 040,304,129-55 e RG nº 88452968 SSP/PR, por 90 (noventa) dias, a partir do dia 03 de junho de 2024, devendo retornar ao trabalho no dia 01 de setembro de 2024.

Art. 2º Esta portaria, entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 03 de junho de 2024

Art. 3º Publique-se

Janiópolis - PR, em 05 de junho de 2024.

# ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI

n° do ato de concessão da diaria:673/2024

AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM

	DADOS DA VIAGEM	CARGO: SECRETÁRIA MUN. DE S	SAUDE MATRICULA: 5444
DADOS DA UTAGEM		RG: 4.476.028-2	CPF: 630.935.709-30
PERÍODO DE 11/06/2024 a 14/06/2024	PERÍODO DE 11/06/2024 a 14/06/2024	DADO	S DA VIAGEM
HORA DA SAIDA:19:00 HORA DA CHEGADA:07:30		PERÍODO DE 11/06/2024 a 14	

DESTINO: CURITIBA/PR FINALIDADE/OBJETIVO:

REFERENTE DIÁRIAS DE VIAGEM À CIDADE DE CURITIBA/PR,
PARA PARTICIPAR DE REUNIÃO DO COSEMS-PR E REUNIÃO DA CIB
- COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE, QUE ACONTECERÁ NO
HOTEL LIZON, A FIM DE DIFUNDIR E AMPLIAR O CONHECIMENTO
DO SERVIDOR E REPRESENTAR O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE

# DESPESAS

	RECEBIDO	APROVADO	COMPLEMENTAR	RESTITUIR
DIÁRIA		3.098,10		
COMBUSTÍVEL				
REPARO DE VEÍCULO				
TRANSPORTE				
PASSAGEM				
OUTROS				

APROVA	AÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR
AUTORIDADE:	(+(A')
VISTO:	OPF:276.812.549-00
DATA:04/06/2024	CPF-276.812.545-05

# MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

DECRETA

DECRETO Nº 2872, de 5 de junho de 2024

SUPLEMENTAÇÃO

Crédito Adiciona	d .		
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Admnistração	05.001.0028.0846.0005.8001.3339092000000000000.1018	1.739,70
	nentar, dos seguintes detalha	do disposto no art. 1 decorrerão de superávit, no mesmo va mentos.	lor do crédito
adicional supler	nentar, dos seguintes detalha		lor do crédito  Valor

Art. 3 - Fica aberto crédito adicional indicados: R\$ 0,06( seis centavos ) ursos necessários à execução do disposto no art. 3 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito Imentar, dos seguintes detalhamentos. Fonte de Recurs

Crédito Adicional Art. 6 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 5 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Art. 7 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 7,91( sete reais e noventa e um centavos ) Art. 8 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 7 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Art. 9 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 2,44( dois reais e quarenta e quatro centavos )

Fonte de Recurso Unidade Orçamentária

Art. 12 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 11 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos secuintes detalhamentos. Fonte de Recurso

Art. 13 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 21,39( vinte e um reais e trinta e nove centavos )

 
 Orçamentária
 Detalitament

 Municipal de Saúde
 07.001.0010.0301.0008.2013.3339
 Art. 14 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 13 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos. Fonte Unidade Orçamentária

Art. 15 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, i indicados: R\$ 3.378,78( três mil, trezentos e setenta e oito reais e setenta e oito centavos )

Art. 16 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 15 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos. Tipo Fonte Unidade Orçamentária Detalhamento 4.171.650.010.700.000.000 - 10180

 Unidade Orçamentária
 Detalhamento

 Fundo Municipal de Assistência
 09 001.0008.0244.0009.2025.33390390000000000000.09

Art. 18 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 17 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos. Fonte de Recurso Unidade Orçamentária

Art. 20 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 19 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional sunlementar, dos seguintes detalhamentos

Art. 21 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 358,00( trezentos e cinquenta e oito reais ) Crédito Adicional

Art. 22 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 21 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos. Tipo Fonte Unidade Orçamentária 00318 Detalhamento Valor

Art. 23 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 486,72( quatrocentos e oitenta e seis reais e setenta e dois centavos ) Crédito Adicional

Art. 24 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 23 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos. Fonte de Recurso

Art. 25 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 784,16( setecentos e oitenta e quatro reais e dezesseis centavos) Crédito Adicional

Art. 26 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 25 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos. Art. 27 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 1,63( um real e sessenta e três centavos )

 
 Crédito Adiscional
 Detafhamento

 Tipo Crédito
 Unidade Orçamentaria
 Detafhamento

 Suplementar
 Divisão de Ensino
 06.001.0012.0361.0006.2018.333909300000000000.0011
 Art. 28 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 27 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos. Fonte de Recurso
Tipo Fonte Unidade Orçamentária
Superávit 00118 Detalhamento Art. 29 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 0,36( trinta e seis centavos )

 
 Crédito Adicional
 Delahamento

 Tipo Crédito
 Unidade Orçamentaria
 Delahamento

 Suplementar
 Diretoria Municipal de Saúde
 07.001.0010.0301.0008.2013.33390930000000000000000.0103
 Art. 30 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 29 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos. Fonte de Recurso
Tipo Fonte Unidade Orçamentária
Superávit 01035 Detalhamento Valor 0,36 Art. 31 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

ISMAEL JOSE DEZANOSKI Prefeito PORTARIA N°275/2024

SÚMULA: Nomeia Candidata habilitada em Concurso Público Municipal para cargo Efetivo de Serviços Gerais De Cozinheira E Limpeza (Sede)

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JANIÓPOLIS, Estado do Paraná, senhor ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI, no uso de suas atribuições legais e em estrita conformidade com a Constituição Federal, lei Orgánica do Municipio Edita nº002/2024 do Concurso Público nº 001/2023 e demais legislações e documentos perfinentes, considerando a aprovação e preenchimento de todos os requisitos legais e regulamentares.

r a Senhora VANESSA NASCIMENTO PEREIRA, portador do RG sob o n° 13.942.131-0 SSP-PR e do CPF sob o n° 095.139.869-50 para o cargo de provimento efetivo de Serviços Gerais De Cozinheira E Limpeza (Sede), por ter sido aprovado em 10º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2023.

Art. 2º- A remuneração inicial do Servidor corresponderá ao nível 01, da tabela de vencimento (CARREIRA DO GRUPO OPERACIONAL) constante no anexo I da lei

Art. 3º- O servidor nomeado deverá tomar posse no dia 06 de junho de 2024, na Secretaria Municipal De Educação. Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário

ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI PREFEITO MUNICIPAL

### MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS ESTADO DO PARANÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 032/2024

O MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, Estado do Paraná, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 286, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.402.882/0001-83, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI, inscrito no CPF sob, nº 279.333.189-91, considerando plugamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 014/2024, publicada no PNCP em 30/05/2024, processo administrativo nº 032/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa \$ILVA & SILVA COMERCIO DE PNEUMATICOS LITDA, inscrita no CNPJ sob nº 29.438.648/0001-26, com sede na(o) Rua Jamil Helu, nº 2363, Lote 02, Parque Industrial no Município de Barra Velha/SC, neste ato representada peloa) senhor(a) ANTONIO RAIMUNDO GUEDES, inscrito no CPF sob. nº 996.860.238-87 e RG sob. nº 8.065.358. SSP/SP de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS DE AR E SIMILARES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO E CAMBAGEM, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS VEICULOS QUE INTEGRAM A FROTA DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS – PARANA, especificado Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletônico nº 014/2024, que é parte integrante desta exo I do edital de Pregão Eletrônico nº 014/2024, que é parte integrante desta ropostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de

### DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

LOTE/ ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	10	UNIDADE	PNEU 1000 R20 16 LONAS RADIAL MISTO LISO- GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	WESTLAK E CR926	R\$1.500,00	R\$15.000,00
2	28	UNIDADE	PNEU 1000 R20 16 LONAS RADIAL MISTO BORRACHUDO GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	WESTLAK E CM954	R\$1.650,00	R\$46.200,00
3	6	UNIDADE	PNEU 900 RADIAL 20 14 LONAS LISO - RADIAL - GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE	WESTLAK E CR976A	R\$1.405,00	R\$8.430,00
			FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO			
10	12	UNIDADE	PNEU RADIAL 295/80 RADIAL 22.5 MISTO LISO - GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	WESTLAK E CR926D	R\$1.338,00	R\$16.056,00
11	26	UNIDADE	PNEU RADIAL 295/80 RADIAL 22.5 MISTO BORRACHUDO- GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	WESTLAK E AD733	R\$1.528,00	R\$39.728,00
32	40	UNIDADE	PNEU 275/80 RADIAL 22.5 - MISTO LISO, GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	WESTLAK E EZ573	R\$1.278,00	R\$51.120,00
				Total d	Fornecedor:	R\$176.534,00

Valor total da presente Ata de Registro de preços R\$ 176.534,00 (Cento e setenta e seis mil,

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

### Vedação a acréscimo de quantitativos

3.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia util subsequente à data de de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual periodo, mediante a ameência de fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercicio financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dedu;

4.4.2. Será incluido na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; el 4.4.2.1. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será inspetatada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registrabilidade de atendimento pelo signatário da tata.

4.6. O registrabilidade de atendimento pelo signatário da tata.

4.6. O registrabilidade de atendimento pelo signatário da tata.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para objeta para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.2 z. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7. 1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

4.7. 2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços mas hipóteses previstas no item 7.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços se abilidados no item 7

de reserva, na orden de ciassificação, para faze-to em igua prazo e nas concições propostas peio primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, accitar a contratação nos termos do item antenor, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:
4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou formecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou 4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou formecedores remanescentes, atendida a ordem classificaciória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de formecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação especifica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4.14. Havendo a expedição de contrato a partir de saldo da ARP, seu prazo de vigência e as respectivas hipóteses de prorrogação serão regidas pelas disposições dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações serviços registrados, nas seguintes situações fortuto ou fato do principe ou em decorrência de fatos 5.11. Em caso de força maior caso fortuto ou fato do principe ou em decorrência de fatos como pactuada, nos termos da altinea "d" do inciso II do caput do at 1.24 da 1.12 da (2.12) da 1.12 da 1.1 5.1.3.1. No caso do reajustamento, deveia sei respetado de combinario previstos para a contratação;
5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Na hipótese de o preço registrado forma-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do

o registrado. . Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será ado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
6.1.3. Se não obtiver êcito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabiveis para obtenção de contratação

cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabiveis para orientado de comansi vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lein º 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tomar-se superior ao preço registrado e o fornecedor nado poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor necessar o preco registrado e de facultado ao fornecedor nado gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato supervemente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatoria ou a planiha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado en relação às condições inicialmente pactuadas.

às condições inicialmente pactuadas. 6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registando, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cupara a surigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do titem 7.1, sem prepuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.
6.2.4. Se não obtiver éxito nas negociações, o ôrgão ou entidade gerenciadom procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabiveis para cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabiveis para capacidado conformento en consecuencia de a majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos orgãos e as entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para n necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Let. nº 14, 133, de 2021.

# 7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

RECISTRADOS

7. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
7.1.1. Descumpir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela
7.1.3. Não aceitar mandificativo mozorel.
7.1.3. Não aceitar mander seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº
1.45. As 2023. ou

Iministração sem justificados a la construcción de fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanças hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por 7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os principios do contraditório e da ampla Na hipótese de cancelamento do registro do fómecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora a convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de

classificação.
7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas.
7.4.1. Por razão de interesses público;
7.4.2. A pedido de fornecedor, decorrente de caso fortuite ou força maior; ou 7.4.2. A pedido de fornecedor, decorrente de caso fortuite ou força maior; ou superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto re 11.462. de 2023.

DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (atr. %, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), execto nas hipoteses em que o descumprimento disser respetio às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caber ás or respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8°, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

# 8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital. 9.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para a Administração.

9.3. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Campo Mourão/Pr, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

9.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

MUNICIPIO DE JANIÓPOLIS CONTRATANTE

SILVA & SILVA COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:



### MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS ESTADO DO PARANÁ

LELNº 675/2024

EMENTA: Dispõe sobre abertura de **Crédito Especial por Excesso** e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE JANIÓPOLIS, Estado do Paraná, aprovou e eu, ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que me são conferidas pela Lei Orgânica,

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento do exercício de 2024. Crédito Especial por Excesso no valor de R\$ 202.436.21 (duzentos e dois mil e quatrocentos e trinta e seis reais e vinte e um centavos), objetivando custear despesas com a seguinte classificação orçamentária

05.004.0015.0451.0005.1013 4.4.90.51 - Obras e Instalações - 00801 (Construção de Parque) TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES

Art. 2º Os recursos para abertura do Crédito Especial que trata o art. 1º desta Lei, serão utilizados provenientes do excesso de arrecadação no seguinte valor, e nas seguintes receitas: 2.4.2.2.53.01.03.00 (fonte 801) - R\$ 202.436,21.

Parágrafo Único - Fica alterado na LDO 2024 e PPA 2022/2025 os mesmos valores constantes no inteiro teor desta Lei

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Janiópolis, 05 de junho de 2024.

ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI PREFEITO



# MUNICÍPIO DE MOREIRA SALES

ESTADO DO PARANÁ
San Otto Macelo, 629 - Moreira Salos - PR. - CEP: 87370-000
1 N. \*76.217.025.0001-03 - Fonc (041)3532 8100 - Fox (041) 3532 8117
www.moreirassles.pr.gov.br
E-mail: profeitura@moreirassles.pr.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOREIRA SALES – PARANÁ LICITAÇÃO MODALIDADE Pregão 16/2024

ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO

Fica adjudicado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pela Portaria nº 589 de 26/03/2/024, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada visuado aquisição de um veículo tipo van para transporte de pacientes e dois veículos através do departamento municipal de sande deste Município, conforme as características constantes no termo de referência do edital, em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada(s):

FORNECEDOR: FANCAR ITALIA VEICULOS LTDA - CNPJ: 72.358.195/0002-38 Valor Total do Fornecedor: 779.800,00 (setecentos e setenta e nove mil e oitocentos reais).

Item	E sp ecificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	VEICULO NOVO PARA	FIAT	UN	2	R\$	R\$
	TRANSPORTE DE PASSAGEIROS,	DUCATO			297.900,00	595.800,00
	VAN 0KM, com as seguintes	19				
	especificações mínimas: ano/modelo	LUGARES				
	2024/2024 - Combustivel: Diesel; -					
	Direção hidráulica ou elétrica; -					
	Freios ABS; - Caixa de Câmbio:					
	mínimo de 5 marchas/frente e mais					
	1/ré; - Com no mínimo 15 lugares					
	(passageiros + motorista); Potência					
	mínima de 135cv; Com Rodas e Pneus					
	novos originais de fábrica; Estepe; Air					
	bag: motorista e acompanhantes do					
	motorista; - Porta lateral deslizante					
	com vidro; - Portas traseiras; - Trava					
	elétrica das portas com comando a					
	distância; - Vidros dianteiros					
	elétricos; - Bancos traseiros					
	reclináveis; - 3ª luz de freio; - Ar					
	condicionado: cabine e salão de					
	passageiros; - Ar quente; - Cinto de					
	segurança dianteiros laterais, retrateis					
	com regulagem de altura; - Cinto de	1	1	1		l
	segurança nos bancos traseiros; - Teto					
	alto; tração dianteira ou traseira;	1	1	1		1
	Cor: Branca ou Prata - Garantia: 12	1	1	1		l

### LOTE 2 LOTE 2 Valor Total do Lote: 184.000,00 (cento e oitenta e quatro mil reais).

Item	E specificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	VEÍCULO DE PASSEIO TIPO HATCH,	FIAT	UN	2	R\$	R\$
	MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 1.0. NOVO	Argo			92.000.00	184.000.00
	ZERO KM, COM AS SEGUINTES	Treeking				
	ESPECIFICAÇÕES MINIMAS: Ano De	1.3				
	Fabricação E Modelo 2024, Flex					
	Alcool/Gasolina, Transmissão Manual E					
	Automático De No Mínimo 05 (Cinco)					
	1 x 1 1 n . nv					
	Marchas À Frente E Uma (01) Marcha Ré, Potência Mínima De 84 Cv, Direcão					
	Hidráulica Ou Elétrica, Freios Abs,					
	Altura Mínima De 1471 Mm; Largura Mínima De 1731 Mm; Comprimento					
	Minimo De 3998 Mm; Distância Entre					
	Eixos Minima De 2521 Mm; Porta Malas					
	Com Capacidade Minima De 300 Litros:					
	Tanque De Combustivel Com Capacidade					
	Minima De 44 Litros, Capacidade					
	Minima Para 05 (Cinco) Passageiros; 4					
	(Quatro) Portas: Cor Branca: Para-					
	Choque Na Cor Do Veículo; Cintos De					
	Seguranca Em Todos Os Bancos: Air Bag					
	Duplo Frontal (Motorista E Passageiro);					
	Travas Elétricas Em Todas As Portas;					
	Alarme De Segurança Antifurto; Com					
	Protetor De Cárter De Fábrica					
	(Original); Ar Condicionado (De					
	Fábrica); Vidros Dianteiros E Traseiros					
	Elétricos; Limpador E Desembaçador De					
	Vidro Traseiro; Alarme De Aviso De	I	1	I	1	I
	Luzes Acesas; Alças De Segurança	I	1	1	1	I
	Traseira; Rádio Am/Fm – Mp3 Player;	I	1	I		I
	Jogo De Tapetes De Borracha; Rodas De					
	Aço De No Mínimo Aro 14; Pneu Mínimo					
	175/65 – R14; Chave Reserva; Sensor De Ré; Provido De Todos Os Acessórios					
	Exigidos De Acordo Com O Código					
	Brasileiro De Trânsito: Garantia De	I	1	I	1	I
	Fábrica De 12 Meses Para Defeitos De	I	1	I		I
	Fabricação, Montagem De Componentes	I	1	I		I
	Internos Do Motor, Sistema De	I	1	I		I
	Transmissão, Sistema Elétrica E Demais	I	1	I		I
	Sistem as	I	I	1	1	1

A Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, encaminha o processo para análise e Homologação pelo Ordenador de Despesas.

Moreira Sales/PR, 03 de junho de 2024.

Comissão de Licitação Portaria nº 589/2024 Mayara Camila da Silva Adão Luiz Fortunato Frassor

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOREIRA SALES – PARANÁ LICITAÇÃO MODALIDADE Pregão 18/20/24

ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO Fica adjudicado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomenda pela Portaria nº 889 de 26/03/2024, que tem por objeto a 5-decição de Propostas wismodo AQUINCÃO DE "VEICULAD DO TIRO ONIBUS RODOVIÁRIO" PARA ATENDER AS NECESSIOLADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICIPAL, om fisore die/o empresaje)

FORNECEDOR: RODO SERVICE LTDA - CNPJ: 00.688.075/0004-50 - Valor Total do Fornecedor: 735.000,00 (setecentos e trinta e cinco mil reals).

# LOTE 1 - Valor Total do Lote: 735,000,00 (setecentos e trinta e cinco mil reais).

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor	Valor
					Unit.	Total
1	Veículo do tipo Ônibus Rodoviário para	MARCOPOLO	UN	1	RS	R\$
	o transporte de passageiros;	VOLARE FLY 10			735,000,00	735.000,00
	- Primeiro emplacamento em nome da					
	Prefeitura Municipal de Moreira Sales -					
	Paraná;					
	- Ano/Modelo de no mínimo 2023/2024;					
	- Fabricação Nacional com carroceria e					
	chassi integrados;					
	- Ar Condicionado de teto com no					
	mínimo 85mil btus;					
	- Dispositivo de acessibilidade para					
	pessoas com mobilidade reduzida e					
	cadeirante conforme legislação vigente;					
	- Capacidade mínima de 39 lugares					
	incluso o motorista;					
	- Poltronas do salão solft, com assento e					
	encosto individuais para cada					
	passageiro, reclináveis com revestimento					
	em couro e descansa braços laterais e					
	centrais;					
	- Largura das poltronas de no mínimo					
	940mm;					
	- Poltrona do motorista hidráulica com					
	deslocamento para a lateral e regulagem					
	de altura;					
	- Cinto de segurança abdominal retratil					
	para todas as poltronas e de três pontos					
	para auxiliar e o motorista; - Piso antiderrapante revestido e com					
	acabamento em madeira naval; - Carregadores de tomada USB para					
	todos os passageiros;					
	- Porta pacote completo, com ar					
	condicionado individual e foco de leitura					
	para cada passageiro;					
	- Iluminação em led no salão;					
	- Parede total de separação;					
	- Cortinas em todas as janelas do salão e			1	1	I
	janelas do salão com vidros colados	1		I	1	1
	inteiricos;	1		I	1	1
	- Radio MP3 com entrada USB:	1		I	1	1
	- Itinerário eletrônico;			1	1	1
	- Direção hidráulica ou elétrica;	1		I	1	I
	- Injeção Eletrônica;	1		I	1	I
	- Alavanca de câmbio no painel; -	1	1	I	1	1

	- Anavanca de cambio no painei; -	1				
	<del>-</del>					
	Cambio com no mínimo 07 marchas					
1	sendo 06 (seis) a frente e 01 (uma) ré;			l		
	- Motor com potência mínima de 175			l		
	CV;			l		
1	- Computador de Bordo original de			l		
	fábrica;			l		
	- Rodado duplo no eixo traseiro;			l		
	- Freios ABS com acionamento a ar;			l		
	- Conjunto de farol de neblina para			l		
	maior segurança;			l		
	<ul> <li>Sistema elétrico de no mínimo 24 volts</li> </ul>			l		
	composto por duas baterias;			l		
	- Porta pantográfica com acionamento a					
	ar interno e externo;			l		
	- Combustível diesel S-10 com tanque de			l		
	capacidade mínima de 150 litros;			l		
	- Tanque com reservatório de ureia			l		
	liquida Arla 32 (Obrigatório);			l		
	- Comprimento total de no mínimo					
	10.000mm;			l		
	- Distância entre eixo de no mínimo			l		
	5.500mm, sendo original do fabricante			l		
	sem alongamento externo;			l		
	- Peso Bruto Total de no mínimo 10.000					
	kg;			l		
	- Pneus conforme padrão do fabricante;			l		
	- Estepe e roda conforme linha de montagem padrão do fabricante.					
	- Ferramentas: macaco, estepe e triângulo de sinalização.			l		
	- Garantia e assistência técnica do chassi			l		
	e da carroceria de no mínimo 02 anos,				1	l
	conforme manual do proprietário.				1	l
	- Apresentar declaração do fabricante de				1	
	que a proponente é autorizada a				1	
	comercializar o produto comercializado				1	
l	chassi e da carroceira.				1	
	CHASSI C OA CALLOCCH &		1			

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R\$ 735.000,00 (setecentos e trinta e cinco mil)

A Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, encaminha o processo para análise e Homologação pelo Ordenador de Despesas

Comissão de Licitação Portaria nº 589/2024 Pregociro Leandro da Silva Cardoso Mayara Camila da Silva Adão Luiz Fortunato Frasson

Ana Maria Soares Zukoski

CÂMARA MUNICIPAL DE JANIÓPOLIS ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.640.223/0001-20 Rua Geralda Moreira, 300 – Centro - Fone: 44 3110 2246 - CEP: 87380-000 E-mail: <u>camarajaniopolis@gmail.com</u>

ATA DA 1º AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS RELATIVAMENTE AO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2024, REALIZADA NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JANIÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ.

Aos vinte e sete dias o mês de maio do ano dois mil e vinte e quatro (27.05.2024), às 19h30min (dezenove horas e trinta minutos), nesta cidade de Janiôpolis, Estado do Paraná, na sede do Poder Legislativo, instalada na Rua Geralda Moreira nº 300, realizou-se a 1º Audiência Pública para Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais relativamente ao Primeiro Quadrimestre de 2024. Na presença do Presidente do Poder Legislativo Municipal, Excelentissismo Senhor José Barros Freire, dos Vereadores e de lideranças da comunidade, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Janiôpolis procedeu à abertura dos trabalhos, fazendo uma leitura da Convocação da 1º Audiência Pública para Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais relativamente ao Primeiro Quadrimestre de 2024 (ganeiro, fevereiro, março abril de 2024). Fez uso da palavra demonstrando os trabalhos realizados pelas respectivas secretarias municipais, a contadora do Poder Executivo de Janiôpolis, Senhorita Ana Paula Matias, a qual apresentou os relatórios detalhados (em anexo). Conclui a apresentação, colocando-se à disposição dos Vereadores presentes, dos Assessores Municipais e dos founcipes para sanar possíveis dúvidas. Seguidamente, fez uso da palavra o Presidente do Poder Legislativo Municipal, Excelentissimo Senhor José Barros Freire, oportunidade em que agradeceu a presença de todos, colocando esta é disposição de todos os municipes. Encerrada a Audiência Pública, a lista dos presentes segue anexa.

PEDRO FLORIANO DOS SANTOS Presidente da Comissão Permanente da Administração Pública, Tributária, Financeira e Orçamentária

### CÂMARA MUNICIPAL DE JANIÓPOLIS ESTADO DO PARANÁ CNPJ: 95.640.223/0001-20

Rua Geralda Moreira, 300 – Centro Fone: 44 3110 2246 CEP: 87380-000 E-mail: camarajaniopolis@gmail.com

ATA DA 1º AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SAÚDE - 2024, REALIZADA NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JANIÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ.

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano dois mil e vinte e quatro (27.05.2024), às 19h00min. (dezenove horas), nesta cidade de Janiópolis, Estado do Paraná, na sede do Poder Legislativo, instalada na Rua Geralda Moreira nº 300, realizou-se a 1ª Audiência Pública Quadrimestral da Saúde do ano de 2024. Na presença dos Vereadores, Assessores Municipais, Membros do Conselho Municipal da Saúde, de lideranças da comunidade e munícipes, o Desentes acta Municipal de Saúde, de la lideranças da comunidade e munícipes, o Presentes acta Municipal de Saúde, de la la facilita de Saúde de Saú Membros do Conselho Municipal da Saúde de Janiópolis, representado pela Senhorita Monica Regina Sousa, realizou a 3º Audiência Pública Quadrimestral para prestar contas do setor de saúde nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2024. Inicialmente, a Senhorita Monica Regina Souza (Secretária Municipal do Departamento de Saúde), procedeu a abertura da Audiência, oportunidade em que apresentou uma prestação de contas referente aos meses de janeiro, fevereiro, maço e abril de 2024, conforme relatórios anexos. Na sequência, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos os presentes e enderrou a Audiência Pública, a lista dos presentes secue anexes seque anexes. dos presentes segue anexa.

ODAIR BARBOSA Presidente da Comissão Permanente da Ordem Econômica e Social

mer



# MUNICÍPIO DE MOREIRA SALES

ESTADO DO PARANÁ
Rua Otto Macedo, 629 - Moréiro Salea - PR. - CEP: 87370-000
CNPJ N. \*763.71205000140 - Press (1494328 2810 - Pra/044) 3532 2817
www.moreirasalea.pr.gov.br
E-mail: profetiturasflororirasalea.pr.gov.br



### PREFEITURA MUNICIPAL DE MOREIRA SALES – PARANÁ LICITAÇÃO MODALIDADE Pregão N.º 16/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada visando aquisição de um veiculo tipo van para transporte de pacientes e dois veiculos através do departamento municipal de saúde deste Municipio, conforme as características constantes no termo de referência do edital.

### AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

O Município de Moreira Sales, através da autoridade competente, o Prefeito Municípal Rafael Brito do Prado, vem através do presente tornar público o resultado do processo licitatório em epigrafe a favor da empresa abaixo relacionada: FORNECEDOR: FANCAR ITALIA VEICULOS LTDA - CNPJ: 72.358.195/0002-38 - Valor Total do Fornecedor: 779.800,00 (setecentos e setenta e nove mil e oftocentos reais).

tem	Especificação	Marca	Und.	Qt.	V. Unit.	V. Total
	VEICULO NOVO PARA TRANSPORTE DE	FIAT	UN	2	R\$	RS
	PASSAGEIROS, VAN 0KM, com as seguintes	DUCATO 19			297.900,00	595.800.00
	especificações mínimas: ano/modelo 2024/2024 -	LUGARES		l		
	Combustivel: Diesel: - Direcão hidráulica ou			l		
	elétrica: - Freios ABS: - Caixa de Câmbio: mínimo			l		
	de 5 marchas/frente e mais 1/ré: - Com no mínimo			l		
	15 lugares (passageiros + motorista); Potência			l		
	mínima de 135cv; Com Rodas e Pneus novos			l		
	originais de fábrica; Estepe; Air bag: motorista e			l		
	acompanhantes do motorista: - Porta lateral			l		
	deslizante com vidro; - Portas traseiras; - Trava			l		
	elétrica das portas com comando a distância; -			l		
	Vidros dianteiros elétricos: - Bancos traseiros			l		
	reclináveis: - 3ª luz de freio: - Ar condicionado:			l		
	cabine e salão de passageiros; - Ar quente; - Cinto			l		
	de segurança dianteiros laterais, retrateis com			l		
	regulagem de altura: - Cinto de segurança nos			l		
	bancos traseiros; - Teto alto; tração dianteira ou			l		
	trascira: Cor: Branca ou Prata - Garantia: 12			l		
	meses.			l		

LOTE	E 2 - Valor	Total	do Lote:	: 184.000,00	(cento e oite	nta e qu	atro mil r	eais
_							1	

Item	Especificação	Marca	Und.	Qt.	V. Unit.	V. Total
1	VEÍCULO DE PASSEIO TIPO HATCH,	FIAT	UN	2	R\$	R\$
	MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 1.0, NOVO ZERO KM,	Argo			92.000,00	184.000,00
	COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES	Treeking				
	MINIMAS: Ano De Fabricação E Modelo 2024, Flex	1.3				
	Alcool/Gasolina, Transmissão Manual E Automático					
	De No Minimo 05 (Cinco) Marchas À Frente E Uma					
	(01) Marcha Ré, Potência Mínima De 84 Cv, Direção					
	Hidráulica Ou Elétrica, Freios Abs, Altura Mínima De					
	1471 Mm; Largura Minima De 1731 Mm;					
	Comprimento Minimo De 3998 Mm; Distância Entre					
	Eixos Minima De 2521 Mm; Porta Malas Com					
	Capacidade Minima De 300 Litros; Tanque De					
	Combustivel Com Capacidade Minima De 44 Litros,					
	Capacidade Minima Para 05 (Cinco) Passageiros; 4					
	(Quatro) Portas; Cor Branca; Para-Choque Na Cor					
	Do Veiculo; Cintos De Segurança Em Todos Os					
	Bancos; Air Bag Duplo Frontal (Motorista E					
	Passageiro); Travas Elétricas Em Todas As Portas;					
	Alarme De Segurança Antifurto; Com Protetor De					
	Cárter De Fábrica (Original); Ar Condicionado (De					
	Fábrica); Vidros Dianteiros E Traseiros Elétricos;					
	Limpador E Desembaçador De Vidro Traseiro:					
	Alarme De Aviso De Luzes Acesas; Alças De					
	Segurança Traseira; Rádio Am/Fm - Mp3 Player;					
	Jogo De Tapetes De Borracha; Rodas De Aco De No					
	Mínimo Aro 14; Pneu Mínimo 175/65 - R14; Chave					
	Reserva; Sensor De Ré; Provido De Todos Os					
	Acessórios Exigidos De Acordo Com O Código					
	Brasileiro De Trânsito: Garantia De Fábrica De 12	l	1			l
	Meses Para Defeitos De Fabricação, Montagem De	I	1	1	1	l
	Componentes Internos Do Motor, Sistema De	l	1			l
	Transmissão, Sistema Elétrica E Demais Sistemas	I	1	1	1	l
	11 ausmissao, sistema Ereu ICA E Demais sistemas					

Moreira Sales/PR, 03 de junho de 2024.

Unidade | Quant. | Valor

### Rafael Brito do Prado Prefeito Municipal PREFEITURA MUNICIPAL DE MOREIRA SALES – PARANÁ LICITAÇÃO MODALIDADE Pregão N.º 18/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada visando AQUISIÇÃO DE "VEÍCULO DO TIPO ÔNIBUS RODOVLÁRIO" PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

O Município de Moreira Sales, através da autoridade competente, o Prefeito Municipal Rafael Brito do Prado, vem através do presente tornar público o resultado do processo licitatório em epigrafe a favor da empresa abaixo relacionada:

FORNECEDOR: RODO SERVICE LTDA - CNPJ: 00.688.075/0004-50 - Valor Total do Fornecedor: 735.000,00 (set triuta e cinco mil reals). Marca

Veiculo do tipo Ónibus Rodoviário para o MARCOPOLO VOLARE FLY 10 UN Veiculo de tipo Osibius Rodoviario para o tramporte de passegiras; em nome da Prefeitura Municipal de Moréria Sales - Paranis; em composito de Moreria Sales - Paranis de la composito de la composito de - Anol Modelo de no minimo 20/23/20/24. "Ar Condicionado de teto com no minimo integrador; Smil bisus; de accesibilidade para persona com mobilidade reducida e cadelenute conforme legislação vigente; conforme legislação vigente; Capacidade mínima de 39 lugares incluso motorista;
- Poltronas do salão solft, com assento encosto individuais para cada passageiro reclináveis com revestimento em couro dedicamento para a laterar e e agam-altura;
Cinto de segurança abdominal retrátil para fodas as poltronas e de três pontos para auxiliar e omoterista;
Pios antiderrapante revestido e com acabamento en madeira naval; Carregalores de tomada USB para fodos os Carregalores de tomada USB para fodos os para pacote completo, com ur condicionado individual e foco de leitura para cada passageiro; L'Albania de l'alb Motor com potência minima de 175 CV; Computador de Bordo original de fábrica; Redado duplo no eixo trasciro; Freios ABS com actonamento a ar; Conjunto de farol de neblina para maisegurança; Interno externo;

- Combustivel diesel S-10 com tunque dicapacidade minima de 150 litros;

- Tanque com reservatorio de urcia liquidiArla 32 (Obrigatório);

- Comprimento total de no minimo 10.000mm;

- Distancia entre elxo de no minimo 55.500mm

cendo original de fabricante sem al ongamento
entido original de fabricante sem al ongamento

- Priem conferente pro-sessione.

Estepe e roda conforme libria de montagem pudria de fabricante.

Estepe e roda conforme libria de montagem pudria de fabricante.

Garantia e astériencia técnica de chassi e da carroceria de no minimo 82 anos, conforme manuad do proprietario.

De proposente é autorizada a comercializa e que a proposente é autorizada a comercializa e o produto comercializado chassi e da carroceira.

Rafael Brito do Prado Prefeito Municipal

### SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA ÀMBIENTAL SIMPLIFICADA

A Prefeitura Municipal de Quarto Centenário/PR CNPJ 01.619.104/0001-41 torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada para extração de cascalho sem fins comerciais para a recuperação de estradas municipais implantada no imóvel denominado Lotes nº 58-C, da Gleba nº 14, 2º parte da Colônia Goioerê, situada no Município de Quarto Centenário - PR.

### SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

A Prefeitura Municipal de Quarto Centenário/PR CNPJ 01.619.104/0001-41 torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra a Renovação da Licença Ambiental Simplificada para extração de cascalho sem fins comerciais para a recuperação de estradas municipais implantada no imóvel denominado Lote de terras 32-B, destacado do lote 32, da Gleba 17, da Colônia Goio erê, situada no Município de Quarto Centenário - PR.

N° DO ATO DE CONCESSÃO DA DIARIA:650/2024

AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM

NOME: RAFAEL MAESTÁ BEZERRA CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA MATRICULA:8030 RG: 7.411.687-6 CPF:048.496.309-01

### DADOS DA VIAGEM

PERÍODO DE 05/05/2024 Á 08/05/2024 HORA DA CHEGADA: 08:30 SOLICITADO: 2,50 DIÁRIAS APROVADO: 2,5 DIÁRIAS DESTINO: CURITIBA/PR MEIO DE TRANSPORTE: CARRO OFICIAL FINALIDADE/OBJETIVO:

REF. DIÁRIAS DE VIAGEM Á CIDADE DE CURITIBA/PR, PARA PARTICIPAR DO IX ENCONTRO DE GESTORES DO ESPORTE DO ESTADO DO PARANÁ - "O ESPORTE QUE QUEREMOS", A FIM DE DIFUNDIR E AMPLIAR OS CONHECIMENTOS NA AREA ESPORTIVA, CONFORME ANEXO.

### DESPESAS REALIZADAS

	VALOR RECEBIDO	VALOR APROVADO	VALOR A COMPLEMENTAR	VALOR A RESTITUIE
DIÁRIA		1.549,02		
COMBUSTÍVEL				
REPARO DE VEÍCULO				
TRANSPORTE				
PASSAGEM				
OUTROS				
TOTAL:1.549.				

AUTORIDADE	: \ \	1		
VISTO:		X		
DATA: 03/05	/2024			

### N° DO ATO DE CONCESSÃO DA DIARIA:651/2024

AUTORIZAÇÃO DE VIAGEN

NOME: EDUARDO MACHADO DA S	SILVA	
CARGO: AGENTE DE SERV. OPER	RACIONAIS	MATRICULA: 91322
RG: 11.038.650-8	CPF:099	.831.839-00

DADOS DA VIAGEM PERÍODO DE 05/05/2024 Á 08/05/2024 HORA DA SAIDA:20:00 HORA DA CHEGADA: 08:30 SOLICITADO: 2,50 DIÁRIAS APROVADO: 2,5 DIÁRIAS DESTINO: CURITIBA/PR

REF. DIÁRIAS DE VIAGEM Á CIDADE DE CURITIBA/PR, PARA PARTICIPAR DO IX ENCONTRO DE GESTORES DO ESPORTE DO ESTADO DO PARANÁ - "O ESPORTE QUE QUEREMOS", A FIM DE DIFUNDIR E AMPLIAR OS CONHECIMENTOS NA AREA ESPORTIVA, CONFORME ANEXO.

MEIO DE TRANSPORTE: CARRO OFICIAL

FINALIDADE/OBJETIVO:

	VALOR RECEBIDO	VALOR APROVADO	VALOR A COMPLEMENTAR	VALOR A RESTITUIR
DIÁRÍA		1.549,02		
COMBUSTÍVEL				
REPARO DE VEÍCULO				
TRANSPORTE				
PASSAGEM				
OUTROS				

AUTORIDADE: VISTO: DATA:03/05/2024

# MUNICÍPIO DE MOREIRA SALES

ESTADO DO PARANÁ Run 0tto Marcho, 629 - Moreira Sales - PR. - CEP, 87370-000 283/0001-08 - Fone (044)8582 3100 - Fox(044) 8582 3121 www.moreirasales.pr.gov.br E-mail: primma@visconet.com.br

# EDITAL №297/2024 DATA: 04 DE JUNHO DE 2024

SÚMULA: Convoca os Candidatos Aprovados em Processo Seletivo Simplificado PSS 003/2024 de que se trata o Edital nº 276/2024, para assumirem suas atividades e dá outras providências.

RAFAEL BRITO DO PRADO, Prefeito Municipal de Moreira Sales, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Edital nº. 180/2023 de 20/03/2023 por meio deste.

RESOLVE,
Art. 1º - CONVOCAR: Os candidatos abaixo relacionados, aprovados no processo seletivo simplificado (PSS) nº. 003/2024, realizado em 30 de Abril de 2024 e HOMOLOGADO simplificator (es) 11. 3002/d24, featizato en 130 de 2001 de 2024 e 110/00/204/D3 através do Edital 286/2024 de 16/05/2024, para no prazo de 02 (Dois) dias úteis, a contar desta data, assumirem suas atividades, observadas as condições previstas no Edital 276/2024.

CLASSIFIC. NOME CARGO AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS E ALIMENTAÇÃO

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS E ROSELY DA SILVA FERREIRA ROSELI ALVES PEREIRA BENIDES

Art. 2° - - Os candidatos convocados deverão dirigir-se ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, munidos dos seguintes documentos: Fotocópia da Cédula de Identidade, CPF, Titulo de Eleitor. Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos. CTPS- Carteira de trabalho da Previdência social, PISP/ASEP — Extrato/Comprovante, Comprovante de Residência (Máximo 30 dias), Comprovante de Escolaridade, Certidão Negativa de Antecedentes criminais, 02 Fotos 3x4, Certidão de Quitação Eleitoral Atualizada Emitida pela Justiça Eleitoral, Atestado de Sanidade Física e Mental Declapação de que não se Encourse em sinação de accimulo Ilegal de Física e Mental, Declaração de que não se Encontra em situação de acúmulo Ilegal de

Proventos, funções, empregos e cargos públicos. Art. 3º - Este celital entrará em vigor na data de sua publicação. EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOREIRA SALES, ESTADO DO PARANÁ, AOS 04 DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2024.

RAFAEL BRITO DO PRADO Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 625/2024. DATA: 03 DE JUNHO DE 2024

RAFAEL BRITO DO PRADO, Prefeito Municipal de Moreira Sales - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhes foram conferidas por Lei:

# RESOLVE

Art. 1º - EXONERAR: à pedido, conforme requerimento protocolado sob nº. 2410/2024 de 03 de junho de 2024 a servidora pública municipal Sr¹. Ana Paula Estercio Mourão da Silva, matr: 4626, RG.:7.625.862-7- SSP-PR, ocupante do cargo de Professora, admitida em 12/02/2010, em conformidade com o artigo 69, I, da lei municipal nº. 272/2005 de 12/12/2005 a partir de 03 de junho de 2024.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço da Prefeitura Municipal de Moreira Sales - Estado do Paraná, em 03 de junho de

Publique-se Registre-se

> RAFAEL BRITO DO PRADO Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 047/2024

Pelo presente, homologo, para que surta os efeitos legais, o processo de Dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso VIII da Lei nº 14.133/21, conforme abaixo discriminado

OBJETO: AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E MATERIAIS DE CONSUMO, DESTINADOS AO ENFRENTAMENTO À DENGUE, COM O INTUITO DE OFERECER MELHORIAS NOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS-PR no valor total de R\$ 28 167 00 (vinte e oito mil cento e sessenta e sete

Vencedores								
Nome	CNPJ	Valor						
ANGELA CRISTOVALINA PERNIER DOS SANTOS	29.678.766/0001-01	R\$ 1.187,80						
ANGELO BERGAMASCO GUILHERME- VESTUARIO	47.025.414/0001-39	R\$ 14.062,00						
CARREIRA E LOPES LTDA	01.739.299/0001-63	R\$ 2.696,00						
GOIOPLAST FRIOS E EMBALAGENS LTDA	03.509.090/0001-39	R\$ 616,00						
PROTLIFE COMERCIO DE MATERIAL DE SEGURANCA L'IDA	36.532.868/0001-80	R\$ 106,40						
RICEL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO LTDA	33.304.772/0001-76	R\$ 4.909,00						
SANIT ALL SERVIÇOS E COMERCIO LTDA	11.174.805/0001-78	R\$ 4.589,80						

Sendo os seguintes itens

Fornecedor	Item	Qtdade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
CARREIRA E LOPES L'TDA	1	30	PC	R\$30,00	R\$900,00
CARREIRA E LOPES LTDA	2	12	RL	R\$36,00	R\$432,00
GOIOPLAST FRIOS E EMBALAGENS LTDA	3	20	UND	R\$23,90	R\$478,00
GOIOPLAST FRIOS E EMBALAGENS LTDA	4	20	PAR	R\$6,90	R\$138,00
CARREIRA E LOPES LTDA	5	10	PC	R\$75,90	R\$759,00
SANIT'AL SERVIÇOS E COMERCIO L'TDA ME	6	20	PC	R\$111,30	R\$2.226,00
CARREIRA E LOPES L'TDA	7	30	UND	R\$12,50	R\$375,00
CARREIRA E LOPES LTDA	8	20	UND	R\$11,50	R\$230,00
ANGELO BERGAMASCO GUILHERME- VESTUARIO	9	25	UND	R\$82,00	R\$2.050,00
ANGELO BERGAMASCO GUILHERME- VESTUARIO	10	30	UND	R\$28,00	R\$840,0
RICEL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO LTDA	11	40	PAR	R\$113,00	R\$4.520,0
PROTLIFE COMERCIO DE MATERIAL DE SEGURANCA L'IDA	12	10	PAR	R\$10,64	R\$106,4
RICEL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO LTDA	13	10	UND	R\$38,90	R\$389,0
ANGELO BERGAMASCO GUILHERME- VESTUARIO	14	26	UND	R\$85,00	R\$2.210,0
ANGELO BERGAMASCO GUILHERME - VESTUARIO	15	4	UND	R\$88,00	R\$352,0
SANIT'AL SERVIÇOS E COMERCIO L'TDA ME	16	12	UND	R\$39,90	R\$478,8
ANGELO BERGAMASCO GUILHERME- VESTUARIO	17	2.5	UND	R\$72,00	R\$1.800,0
ANGELO BERGAMASCO GUILHERME- VESTUARIO	18	40	UND	R\$78,00	R\$3.120,0
ANGELO BERGAMASCO GUILHERME- VESTUARIO	19	20	UND	R\$35,00	R\$700,0
ANGELO BERGAMASCO GUILHERME- VESTUARIO	20	100	UND	R\$29,90	R\$2.990,0
SANIT'AL SERVIÇOS E COMERCIO L'TDA ME	21	150	UND	R\$9,90	R\$1.485,0
SANIT'AL SERVIÇOS E COMERCIO LTDA ME	22	500	UND	R\$0,80	R\$400,0
ANGELA CRISTOVALINA PERNIER DOS SANTOS	23	1.000	UND	R\$0,99	
ANGEL A CRISTOVALINA PERMIER DOS SANTOS	24	2	IIND	D \$ 0 8 0 0 0	R\$1978

07	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
	DIRETORIA MUNICIPAL DE SAÚDE
2016	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E
	AMBIENTAL
3339030000000000000	MATERIAL DE CONSUMO
4321	BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE -
	RECURSOS ESTADUAIS 321
989	DOTAÇÃO

Janiópolis/Pr, 05 de junho de 2024.

ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 039/2024 EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 015/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 033/2024

O MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, Estado do Paraná, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 286, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.402.882/0001-83, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI, inscrito no CPF sob. nº 279.333.189-91, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 015/2024, publicada **no PNCP em 17/05/2024**, processo administrativo nº 033/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa **OESTE LOCAÇÃO DE MAQUINAS E QUIPAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 11.504.898/0001-51, com sede na(o) Rua Alberto Taufenbach, nº 120, Sala 02, Vila Adelaide, no Município de Pouso Redondo/SC, neste ato representada pelo(a) senhor(a) EWERTON LUIZ ROBERTO, inscrito no CPF sob. nº 030.307.389-65 e RG sob. nº 12/C-3.420.439 SSP/SC de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE TOPOGRAFIA, TERRAPLENAGEM, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO, DESTINADOS A SUPRIR ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS/POR especificado Termo de Referência, anexo I do edital de Preção Eletrônico nº 015/2024 que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

# 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	20	UND	ESTUDOS GEOTÉCNICOS	OESTE ENGENHARIA	R\$ 191,00	R\$ 3.820,0
2	20	UND	ESTUDO DE TRÁFEGO E DIMENSIONAMENTO DAS CAMADAS DO PAVIMENTO	OESTE ENGENHARIA	R\$ 218,00	R\$ 4.360,0
3	20	UND	ESTUDO GEOMÉTRICO	OESTE ENGENHARIA	R\$ 226,00	R\$ 4.520,0
4	20	UND	PLANTA SITUAÇÃO E LOCALIZAÇÃO	OESTE ENGENHARIA	R\$ 101,00	R\$ 2.020,0
5	50.000	M2	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO CADASTRAL	OESTE ENGENHARIA	R\$ 0,09	R\$ 4.500,0
6	50.000	M2	PERFIL LONGITUDINAL	OESTE ENGENHARIA	R\$ 0,05	R\$ 2.500,0
7	50.000	M2	SEÇÕES TRANSVERSAIS	OESTE ENGENHARIA	R\$ 0,07	R\$ 3.500,0
8	20	UND	PLANILHA DE CORTE E ATERRO	OESTE ENGENHARIA	R\$ 199,81	R\$ 3.996,2
9	50.000	M2	ESTAQUEAMENTO E MARCO GEODÉSICO	OESTE ENGENHARIA	R\$ 0,05	R\$ 2.500,0
10	50.000	M2	GEORREFERENCIAMENTO COM NORTE VERDADEIRO	OESTE ENGENHARIA	R\$ 0,040	R\$ 2.000,0
11	20	UN	ESTUDO HIDROLÓGICO	OESTE ENGENHARIA	R\$ 185,00	R\$ 3.700,0
12	50.000	M2	SEÇÃO TRANSVERSAL DA PISTA	OESTE ENGENHARIA	R\$ 0,07	R\$ 3.500,0
13	20	UN	DIMENSIONAMENTO E DETALHAMENTO	OESTE ENGENHARIA	R\$ 128,00	R\$ 2.560,0
14	50.000	M2	SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL	OESTE ENGENHARIA	R\$ 0,05	R\$ 2.500,0
15	20	UND	MEMORIAIS DESCRITIVOS E QUANTITATIVOS, MEMÓRIA DE CÁLCULO, ORÇAMENTO E CRONOGRAMA COM ART DO RESPONSÁVEL	OESTE ENGENHARIA	R\$ 300,00	R\$ 6.000,0
			LESTONSAVEL	Total	do Fornecedor:	R\$ 51.976.2

- Valor total da presente Ata de Registro de preços R\$ 51.976,20 (Cinquenta e um mil, novecentos e setenta e seis reais e vinte centavos).
- A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo

# DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

LIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual periodo, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. 4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando

- 4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

  4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de
- 4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da
- 4.2.1. O institution de viva de de registro de preços.
  4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o 4.1. Section adecimiento de sucreta de registro de preços poderias ser alterados, oservados o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

  4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

  4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada
- a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto
- no edital e se obrigar nos limites dela;
- no eatra e se congar nos limites dea;
  4.4.2. Será incluido na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
  4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do
  adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
  4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
  4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores
  registrador ne nete.
- O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para
- o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata. 4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

  4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas
- 4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e; 4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.
- O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

  Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado
- ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- pena de deceair o direito, sem prejuizo das sançoes previstas na Lei nº 14.135, de 2021.

  4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual periodo, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

  4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

  4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos po editalos que avise da contrateção, e observado o disposto no item 4.74.7 observado.
- estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.74.7, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo

### MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS ESTADO DO PARANÁ

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do eitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:
4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário, ou
4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação especifica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
4.14. Havendo a expedição de contrato a partir de saldo da ARP, seu prazo de vigência e as respectivas hipóteses de prorrogação serão regidas pelas disposições dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

### ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual ção dos preços particados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos iços registrados, nas seguintes situações 5.1.1 Em caso de forca major caso fortuito ou fato do principe ou em decorrência de fatos 5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do principe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alinea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021; 5.1.2. Em caso de oriação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; 5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de clausula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021. 5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação; 5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

### 6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS 6.1 Na hindrese da o prese resistando

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo veniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fomecedor para negociar a redução do seriestado. 6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será

liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades liberado do compromisso assumido quanto a transparado de compromisso assumido quanto a transparado de convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado. 6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação

mais variagosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que fiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requeer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a plamilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item arterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabiveis para o obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou ou entidade sque tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para verma de cada de destace do contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteraçã

Congas ou enquaue gerenciaciora comunicara aos órgãos e ás entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

### CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS

- 7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PRESON REGISTRADOS

  7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

  7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

  7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

  7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2°, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou 

  7.1.4. Softer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

  7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada a fornecedor não ultrapase o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penandade apricada ao fornecedor não unrapasse o prazo de vigencia da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os ceitos da sanção.

  7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla
- esa.

  Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora

  convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de
- classificação.
  7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 7.4.1. Por razão de interesse público;
  7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior, ou
  7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
- DAS PENALIDADES

  O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades
- 8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços
- 82. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto mas hipóteses em que o descumprimento disser respeito ás contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
  8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

- 9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de e de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para
- 9.3. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Campo Mourão/Pr, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.
- 9.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Janiópolis/Pr, 17 de maio de 2024 MUNICIPIO DE JANIÓPOLIS

# OESTE LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

TESTEMUNHAS:

O MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS. Estado do Paraná, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 286, cen nscrito no CNP/MF solo or 76.402.882/0001-83, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, ethor ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI, inscrito no CPF sob. nº 279.333.189-91, considerando c lagamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REJSTRO DE PREÇOS julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 014/2024, publicada no PNCP em 30/05/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA, inscrita no CNPI sob nº 51.890.698/0001-07, com sede na(o) Rua Rogério Pereira De Camargo, nº 1109, APT 64, Andar 06, Cond Posiville II, Bloco Torre 2, Cidade Industrial, no Município de Curitiba/PR, neste ato representada pelo(a) senhor(a) CARLOS APARECIDO DE PAULA LOURO, inscrito no CPF sob. nº 147.398.019-49 e RG sob. nº 9492844 SESIP/Re da coordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujetiando-se as patres ás normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2024

# 1. DO OBJETO

BALANCEAMENTO E CAMBAGEM, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS VEICULOS OUE INTEGRAM A FROTA DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS - PARANÁ, especificado Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº 014/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de

# 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

LOTE/ ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL			
34	6	UNIDADE	PNEU 700-16 10 LONAS LISO -	DURABLE	R\$618,00	R\$3.708,00			
			GARANTIA DE 05 ANOS PARA	DR40					
		1	DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E						
			CERTIFICADO PELO INMETRO						
36	20	UNIDADE	PNEU 165/70 R14 - 85T - GARANTIA	ROADKIN	R\$318,00	R\$6.360,00			
			DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE	G R109					
		1	FABRICAÇÃO E CERTIFICADO						
			PELO INMETRO						
77	4	UNIDADE	CAMARA90/90 AR 19	CARGO	R\$25,00	R\$100,00			
Total do Fornecedor: R\$10.168,00									

- Valor total da presente Ata de Registro de preços R\$ 10.168,00 (Dez mil, cento e sessenta e

# DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

# Vedação a acréscimo de quantitativos

3.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços

### VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E 4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual periodo, mediante

útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual periodo, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano pluriamual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de desposa autorização de compra ou outro instrumento hábil confirme o art o \$4 al. et a \$1.413 de desposa autorização de compra ou outro instrumento pábil confirme o art o \$4 al. et a \$1.413 de

esa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133. de

O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da

4.2.1. O instrumento contratuta ue que sara o contrata a tar eigistro de preços.
4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o at. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços.
4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante o derecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto paradida e so obrigar nos limites dela; Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que 4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata. 4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

### MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

- Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
  4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas
- Quando o licna... lecidos no edital; e 4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuizo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
4.9.1. O prazo de convocação podera ser prorogado 1 (uma) vez, por igual periodo, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
4.10. A lad de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.74.7, observando

4.11. Quando o convocado nao assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.74.7, observando o item 4.74 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo entre de desta de cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo entre de desta de cada de ca

de reserva, na ordem de classificação, para fazé-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

4.12. 1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou 4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem dassificação efertadas a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4.14. Havendo a expedição de contrato a partir de saldo da ARP, seu prazo de vigência e as respectivas hipóteses de prorrogação serão regidas pelas disposições dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

### ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS 5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos

o dos preços pratocatos las les casos en la secución de la seregistrados, nas seguintelos, nas seguintelos, nas seguintelos situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do principe ou em decorrência de fatos isiveis ou previsiveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal pactuada, nos termos da alinea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; 5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021. 5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

### NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo reniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do 1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será erado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades ministrativas.

admunistrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver evito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação

cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabiveis para obtenção de contratação.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tormar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverie cumprir a sobrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item assificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para cancetantento da ada de legistro de prevos, nicetinos do tente 8-4, e adouta as inedidas cator es para a obtenção da contratação mais vantajos. 6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado. 6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora acomunicará aos órgãos e ás entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para

que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

### CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO REGISTRO DO REGISTRADOS

REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462 da 2023: ou

Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021. 7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade genociadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela mamutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata

nequanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla

defesa.

3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada

classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1. Por razão de interesse público;

7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior, ou

7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto re² 11 462 de 2033 nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a 8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

- 9. CONDICÕES GERAIS As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento
- as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de
- 9.3. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Campo Mourão/Pr, com renûncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.
- 9.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Janiópolis/Pr, 03 de junho de 2024.

MUNICIPIO DE JANIÓPOLIS CONTRATANTE

ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA

TESTEMUNHAS:

O MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, Estado do Paraná, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 286, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.402.882/0001-83, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI, inscrito no CPF sob. nº 279.333.189-91, considerando pilugamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PECÇOS nº 014/2024, publicada no PNCP em 30/05/2024, processo administrativo nº 032/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa CHEVROMAIS - COMERCIO DE PECAS, ASSESSÁGIOS E LUBRIFICANTES LTDA, inscrita no CNPI sob nº 09.017.325/0001-51, com sede na(o) Av Marechal Floriano Peixoto, nº 7779, Boqueirão, na cidade de Curitiba/PR, neste ato representada pelo(a) senhor(a) KAUE MUNIZ DO AMARAL, inscrito no CPF sob. nº 074.127.859-66 e RG sob. nº 101174441 SSP/PR de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade coltada actendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2024 PREGAO ELETRONICO Nº 014/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 032/2024

# 1. DO OBJETO

conformidade com as disposições a seguir:

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS DE AR E SIMILARES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO E CAMBAGEM, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS VEICULOS QUE INTEGRAM A FROTA DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS – PARANÁ, especificado Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº 014/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

# 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

LOT		UND	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
44	4	UNIDADE	PNEU 18X9.50 - GARANTIA DE 05	FORERUNN	R\$525,99	R\$2.103,96
			ANOS PARA DEFEITOS DE	E LG02		
			FABRICAÇÃO E CERTIFICADO			
			PELO INMETRO			
64	4	UNIDADE	CAMARA DE AR 295/80 22,5	QBOM/NAC	R\$91,99	R\$367,96
				Total	do Fornecedor:	R\$ 2.471,92

Valor total da presente Ata de Registro de preços R\$ 2.471,92 (Dois mil, quatrocentos e a e um reais e noventa e dois centavos).

ESTADO DO PARANÁ

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares

### Vedação a acréscimo de quantitativos

3.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

# VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual periodo, mediante

útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual periodo, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

art. 124 da Let nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto

no edital e se obrigar nos limites dela:

no edital e se obrigar nos limites dela;
4.4.2. Será incluido na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
4.4.3. Será respetiada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata

registrados na ata.
4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para

o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições 4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços. 4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuizo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021. 4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual periodo, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração. 4.10. A tata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços. 4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.74.7, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo

de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

de reserva, na ordem de ciassi neação, para jaze-to em igual prazo e has condições propostas pero primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicalário; ou 4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4.14. Havendo a expedição de contrato a partir de saldo da ARP, seu prazo de vigência e as respectivas hipóteses de prorrogação serão regidas pelas disposições dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

### ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventua ção dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou do

serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do principe ou em decorrêcia de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alinea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superpraisiça de dispraição locais, con executados portugados de consequences de consequen uperveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados 5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de amento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios

# 6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS 6.1. Na hinótese de o preservoir de la constant de la consta

nprobatória ou a planilha de custos qu

administrativas.

An hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação 6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às

entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprohatória ou a planifia de sustes caso, esta demonstra a invisibilidada do preco registrado em palação.

às condições inicialmente pactuadas. as contições iniciamente pacutadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável. 6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o

gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para

gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7. 6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabiveis para a obtenção da contratação mais vantajosa. 6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado. 6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e ás entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

# CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornece
 7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado

7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº

4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021. 7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção

enquanto perdurarem os efeitos da sanção. 7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1. Por razão de interesse público;
7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente

### DAS PENALIDADES da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º,

8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

# CONDIÇÕES GERAIS

inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento nistração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste. encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

No caso de adjudicação por preco global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para

Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Campo Mourão/Pr, com renúncia expressa a

qualquer outro por mais privilegiado que seja. 9.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

MUNICIPIO DE JANIÓPOLIS

Janiópolis/Pr. 03 de junho de 2024.

CHEVROMAIS - COMERCIO DE PEÇAS, ASSESSÓRIOS CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

RG:



### MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS ESTADO DO PARANÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2024 PREGÃO ELETRÓNICO Nº 014/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 032/2024

O MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, Estado do Paraná, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 286, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.402.882/0001-83, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI, inscrito no CPF sob. nº 279.333.189-91, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 014/2024, publicada no PNCP em 30/05/2024, processo administrativo nº 032/2024, RESOLVE nº 014/2024, publicada no PNCP em 30/03/2024, processo administrativo nº 032/2024, RESOLVA (RESOLVA) registrar os preços da empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A, inscrita no CNPJ sob nº 10.158.356/0001-01, com sede na(o) Rua Antonio Heil, nº 800, km 01. Sala 02, na cidade de Lajai/SC, neste ato representada pelo(a) senbn(nº) VITOR DAS NEVES LEME, inscrito no CPF sob. nº 062.320.859-81 e CNH sob. nº 03831203841 DETRAN/SC de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitandose as partes ás normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

### 1. DO OBJETO

CAMARAS DE AR E SIMILARES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALINHAMENTO BALANCEAMENTO E CAMBAGEM, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS VEICULOS QUE INTEGRAM A FROTA DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS – PARANÁ, especificado Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº 014/2024, que é parte integrate desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de

### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1.~ O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem: LOTE/ ITEM QUANT UND DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO MARCA VALOR VALOR UNITÁRIO TOTAL

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo 3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

### Não será admitida a adesão à ata de registro de preçe stificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos 3.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a amuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercicio financeiro a disponibilidade de creditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercicio financeiro a de instrumente contrata do de contrato ou do instrumente contrata.

ultrapassar I (um) exercício financeiro.
4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de

O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. devera ser assinado no prazo de validade da da ta eregistro de preços.
4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante o ferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto

а розвилимание осе о псиавие orerecer ou nao proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
4.4.2. Será incluido na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

adjudicatanto, observada a classificação da licitação; e
4.4.2.2. Mantiverem sua proposta origimal.
4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas secuintes hinóteses:

seguintes hipóteses:
4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Le in "14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual periodo, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

ueviaumiente justincada, e que a justificativa seja acetta pela Administração.
4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.74.7, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

primeiro crassificado. 4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termo o edital ou do aviso de contratação direta, poderá

do edital ou do aviso de contratação direta, podera:
4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou formecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
4.14. Havendo a expedição de contrato a partir de saldo da ARP, seu prazo de vigência e as respectivas hipóteses de prorrogação serão regidas pelas disposições dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

# ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PRECOS REGISTRADOS

redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do principe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alinea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei n" 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei n" 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o indice

stos para a contrataç No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS pótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo e, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço regisirado. 6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será rado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades

administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver éxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabiveis para obtenção de contratação mais vantações.

intals vatuajosa. 6.14. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não

o.2. Na impotese de o preço de inercado tornar-se superior ao preço registrado e o frontecedor incupera poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requierr ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

as condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o formecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuizo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o ador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para

erificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7

verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.
6.2.4. Se não obtiver éxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabiveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

### CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PRECOS REGISTRADOS registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor

1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado, Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela dministração sem justificativa razoável;

7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2°, do Decreto n ção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021. 7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência

da Lei IT 14.153, de 2021, caso a penandade apricada ao fornecedor ina durapasse o prazo de vigentida da tad de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os principios do contraditório e da ampla defese. sa. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora

oderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de 7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
7.4.1. Por razão de interesse público;
7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado to superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3° e 27, § 4°, ambos do I nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das orrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para neclamento do registro do fornecedor.

# 9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

TESTEMUNHAS

# MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

- 9.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para
- 9.3. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Campo Mourão/Pr, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.
- Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes

Janiópolis/Pr, 03 de junho de 2024

MUNICIPIO DE JANIÓPOLIS

CPX DISTRIBUIDORA S/A

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 032/2024

O MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, Estado do Paraná, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 286, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.402.882/0001-83, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI, inscrito no CPF sob. nº 279.333.189-91, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 014/2024, publicada no PNCP em 30/05/2024, processo administrativo nº 032/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa FG COMERCIO DE PNEUS EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 17.234.948/0001-04, com sede na(o) Rua Desembargador Clotário Portugal, nº 1997, Centro, na cidade de Apucarana/PR, neste ato representada pelo(a) senhor(a) GIOVANA MENDES GONÇALES, inscrito no CPF sob. nº 113.832.259-82 e RG sob. nº 12.432.057-7 SSP/PR de acordo com a classificação por ela alcancada e na quantidade cotada, atendendo as condicões vistas no com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

### 1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de precos para a eventual AOUISICÃO DE PNEUS. CAMARAS DE AR E SIMILARES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO E CAMBAGEM, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS VEICULOS QUE INTEGRAM A FROTA DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS – PARANÁ, especificado Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº 014/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de

### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas

LOTE/ ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
7	40	UNIDADE	PNEU 175/65 R14-82 T - RADIAL 05 ANOS DE GARANTIA E CERTIFICADO PELO INMETRO.	CASUMINA AV567	R\$208,99	R\$8.359,66
28	30	UNIDADE	PNEU RADIAL 225-65-RADIAL 16 -112-110 R 8 LONAS - GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	APTANY RL106	R\$329,00	R\$9.870,00
31	20	UNIDADE	PNEU RADIAL 195/75/R16 107/105R - GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	APTANY RL108	R\$315,00	R\$6.300,00
35	20	UNIDADE	PNEU RADIAL 225/75 R16C (121/120R) - GARANTIA DE 05	WESTLAKE H188	R\$400,00	R\$8.000,00
			ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	11100		
42	20	UNIDADE	PNEU 225/75 RADIAL 16 - 10 LONAS - GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	WESTLAKE H188	R\$400,00	R\$8.000,00
43	20	UNIDADE	PNEU 215/65 RADIAL 16 - 98 H - GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	INVOVIC EL601	R\$310,00	R\$6.200,00
45	4	UNIDADE	PNEU 750X16 - DIANTEIRO, 10 LONAS, LISO- GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	WESTLAKE CR832	R\$460,00	R\$1.840,00
46	60	UNIDADE	PNEU 185/65 ARO 14 GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	CASUMINA AV567	R\$240,00	R\$14.400,00
				Total d	lo Fornecedor:	R\$62.969,60

- Valor total da presente Ata de Registro de preços R\$ 62.969,60 (Sessenta e dois mil,
- A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PRECOS

s decorrente desta licitação, conforme

# Não será admitida a adesão à ata de registro justificativa apresentada nos estudos técnicos prelim

Vedação a acréscimo de quantitativos 3.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA 41. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do formecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
4.1.1. O contrato decerrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercicio financeiro a

disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
4.4.2.0. Mantiverem sua proposta original.

 4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
 4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para

o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original. 4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescent

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e 4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de precos nas hipóteses

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará dispombilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços,

ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sangões previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fomecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.74.7, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificação.

primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item antenor, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:
4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário, ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição. 4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação especifica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada. 4.14. Havendo a expedição de contrato a partir de saldo da ARP, seu prazo de vigência e as respectivas hipóteses de prorrogação serão regidas pelas disposições dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

# ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações 5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; 5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de amento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice

tos para a contrataç No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios

# definidos para a contratac

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo reniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do 1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será erado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades

administrativas.
6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fomecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus proços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado. 6.1.3. Se não obtiver éxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação esta esta cabíveis para obtenção de contratação

mais vantajosa.
6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tomar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação

batória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação

ESTADO DO PARANÁ

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o formecedor deverá cumpir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuizo das sanções previstas na Le in °14.133, de 2021, e na legislação aplicável. 6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os formecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7. 6.2.4. Se não obtiver évito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabiveis para a obtenção da contratagião mais vantajosa. 6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto noi tem 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado. 6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e ás entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

# 7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
 Descumpnr as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 Não reitar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela liministração sem justificativa razoável;

7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2°, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

de 2023; ou Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão nentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata to porturação poderá da senção.

enquanto perdurarem os efeitos da sanção. 7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do orgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os principios do contraditório e da ampla

sa. Na hipótese de cancelamento do registro do fomecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora erá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de

classificação.
7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
7.4.1. Por razão de interesse público;
7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior, ou
7.4.3. Se não houver éxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

### 8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preço que, convocados, não horrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquireias previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procediment celamento do registro do fornecedor.

### 9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

9.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para a Administração.

Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas nistrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Campo Mourão/Pr, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

9.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Janiópolis/Pr. 03 de junho de 2024.

### MUNICIPIO DE JANIÓPOLIS

FG COMERCIO DE PNEUS EIRELI

TESTEMUNHAS

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2024 PREGAO ELETRONICO Nº 014/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 032/2024

O MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS. Estado do Paraná, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 286, centro O MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, Estado do Paraná, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 286, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.402.882/0001-83, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI, inscrito no CPF sob. nº 279.333.189-91, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 014/2024, publicada no PNCP en 30/08/2024, Reprocesso administrativo nº 032/2024, RESOL VE registrar os preços da empresa JMC DISTRIBUIDORA DE PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 01.795.704/0001-60, com sede na(o) Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 2803, Centro, no Município de Cascavel/PR, neste ato representada pelo(a) senhor(a) JOSÉ CARLOS DEZEN, inscrito no CPF sob. nº 497/024.750-15 e RG sob. nº 5036764115 SSP/RS de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS DE AR E SIMILARES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO E CAMBAGEM, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS VEICULOS OUE INTEGRAM A FROTA DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS - PARANÁ, especificado Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº 014/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independer

# 2. DOS PRECOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

LOTE/ ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
26	6	UNIDADE	PNEU 20,5 RADIAL 25 20 LONAS- L3 - GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	AEOLUS 20PR L3 GRIPMASTE RADIAL	R\$10.189,00	R\$61.134,00

2.2. Valor total da presente Ata de Registro de preços R\$ 61.134,00 (Sessenta e um mil, cento e

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de precos consta como anexo DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conformativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

3.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

# VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E

CADASTRO RESERVA
4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual periodo, mediante a amuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orgamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro a 4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da de registro de preços.
 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto

a possiminatar de o inclainte oriente de la proposta en quantitativo mento ao maximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para

4.5. O registro a que se retere o tiem 4.4.2 tem por objetivo a formação de caasatro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hinóteses:

ndo o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuizo das sanções previstas na le: nº 14.133, de 2021.
4.9.1. O prazo de convocação podera ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual periodo, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceta pela Administração.
4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.74.7, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos manterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço

toram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatino; ou 4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição. 4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação especifica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada. 4.14. Havendo a expedição de contrato a partir de saldo da ARP, seu prazo de vigência e as respectivas hipóteses de prorrogação serão regidas pelas disposições dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

# ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisiveis ou previsiveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alinea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021; 5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; 5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o indice previstos para a contratação;
5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS ESTADO DO PARANÁ

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do

preço registrado.
6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades

administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de reserva. mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado. 6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação

mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportumidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tormar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao corregistado e oltraçõe, de preso escitado midiata compressaçõe de for cumprata que gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fomecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuizo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item aferior, o exerciciador convecerá os fornecedores do evaluator de reserva na ordem de classificação, para gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para

gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7. 6.2.4. Se não obtiver éxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabiveis para a obtenção da contratação mais vantajosa. 6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado. 6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicarãa aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

### CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor

7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº

7.1.3. Não acetam mantes sea preço regadates na aporto de parte de 14.62, de 2023; ou 7.1.4. Softer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021. 7.1.4. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao formecedor não ultrapasse o prazo de vigência. da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

nquanto perdurarem os ereitos da sanção. 2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por espacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os principios do contraditório e da ampla

defesa.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de

O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

Por razão de interesse público: 7.4.1. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior, ou 7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto

### DAS PENALIDADES O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades belecidas no edital.

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8°, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor

### 9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de arte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para

9.3. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Campo Mourão/Pr, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

9.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes

MUNICIPIO DE JANIÓPOLIS

Janiópolis/Pr, 03 de junho de 2024.

JMC DISTRIBUIDORA DE PNEUS LTDA

TESTEMUNHAS:

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 032/2024

O MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, Estado do Paraná, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 286, centro, O MUNICIPIO DE JANIOPOLIS, Estado do Parana, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 286, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.402.882/0001-83, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI, inscrito no CPF sob. nº 279-333.189-91, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 014/2024, publicada no PNCP em 30/05/2024, processo administrativo nº 032/2024, RESOL VE registrar os preços da empresa M H MOREIRA DE ANDRADE LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 39.792.176/0001-69, com sede na(o) Av. Capitão Índio Bandeira, nº 2438, Centro, na cidade de Campo Mourão/PR, neste ato representada pelo(a) senhor(a) MARIANA HOLZ MOREIRA DE ANDRADE inscrito no CPF sob nº 0.60 805 209-80 e RG sob nº 10 388 007-6 SESPÉPR de accordo ANDRADE, inscrito no CPF sob. nº 050.805.299-89 e RG sob. nº 10.388.007-6 SESP/PR de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disp

# 1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual  $\mathbf{AQUISI}\zeta\mathbf{\tilde{A}O}$   $\mathbf{DE}$   $\mathbf{PNEUS}$ , CAMARAS DE AR E SIMILARES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO E CAMBAGEM, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS VEICULOS QUE INTEGRAM A FROTA DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS - PARANÁ, especificado Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº 014/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

# 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

DESCRIÇÃO/ VALOR VALOR

ITEM	QUANT	UND	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
23	4	UNIDADE	PNEU 20X10.00 - 8 LONAS - GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFETTOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	BKT LG306	R\$540,00	R\$2.160,00
80	180	SERVIÇO	SERVIÇO DE BALANCEAMENTO - VEÍCULOS LEVES - POR RODA	SERVIÇOS	R\$37,00	R\$6.660,00
81	180	SERVIÇO	SERVIÇO DE ALINHAMENTO DIANTEIRO E TRASEIRO- VEÍCULOS LEVES	SERVIÇOS	R\$312,00	R\$56.160,00
82	180	SERVIÇO	SERVIÇO DE CAMBAGEM - VEÍCULOS LEVES - POR RODA	SERVIÇOS	R\$146,00	R\$26.280,00
83	180	SERVIÇO	SERVIÇO DE BALANCEAMENTO - VEÍCULOS PESADOS - POR RODA	SERVIÇOS	R\$74,00	R\$13.320,00
84	180	SERVIÇO	SERVIÇO DE ALINHAMENTO DIANTEIRO - VEÍCULOS PESADOS	SERVIÇOS	R\$224,00	R\$40.320,00
85	180	SERVIÇO	SERVIÇO DE CAMBAGEM - VEÍCULOS PESADOS - POR RODA	SERVIÇOS	R\$244,50	R\$44.010,00
				Total	do Fornecedor:	R\$188.910.00

Valor total da presente Ata de Registro de preços R\$ 188.910,00 (Cento e oitenta e oito mil,

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

# Vedação a acréscimo de quantitativos

3.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de prec VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
4.1. A Validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia util subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual periodo, mediante a anuância do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
4.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando

ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021. 4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da

decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021

art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

4.2.2. Será incluido na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.2.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta orisinal.

Mantiverem sua proposta original.

# MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores

4.5. O registro a que se retere o item 4.4.2 em por objetivo a formação de catadario de recursa para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signafario da ata.
4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas consistas birátação.

seguintes hipóteses:
4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses

4.7.2. Quatido froves o salacimiento.
4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob

no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuizo das sanções previstas na Le, in º14.133, de 2021. 4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja acetta pela Administração. 4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no fortemente de presentados.

4.10. A data de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponionizada no Sistema de Registro de Preços.
4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.74.7, observando o item 4.7 e subitiens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro depusificado.

de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas concições proposus pero primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de menhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

4.12. I. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou 4.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4.14. Havendo a expedição de contrato a partir de saldo da ARP, seu prazo de vigência e as respectivas hipóteses de prorrogação serão regidas pelas disposições dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventua ução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou do riços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do principe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alinea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021; 5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; 5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de registramento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021. 5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o indice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fomecedor para negociar a redução do preço registrado.

preço registrado.
6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades

administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para venificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que triveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver éxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação

oncelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e ás entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tomar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação se condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item 6.2.3, ha hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item 4.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao o preço registrado, conforme previs

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

### CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICETAGLE FEROESCA CONTROLLER REGISTRA DOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1. Descumpir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2. Não retiar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3. Não accitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 7.1.4. Softer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021. 7.1.4.1. Na hipótese de anlicação do sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4. Sofrer sançao prevista nos incisos III ou 1V do caput do art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou 1V do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
7.2. O cancelamento de registros on as hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa

defesa.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de

classificação.
7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
7.4.1. Por razão de interesse público;
7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuto ou força maior, ou 7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto

DAS PENALIDADES Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades

que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem ass 8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art.  $7^{\circ}$ , inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito ás contratações dos órgãos ou entidade

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços

nte, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8°, inc. IX. do Decreto nº 11.462, de 2023). 8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para

# cancelamento do registro do fornecedor

9. CONDIÇÕES GERAIS As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

9.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para

9.3. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Campo Mourão/Pr, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

9.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes Janiópolis/Pr, 03 de junho de 2024.

MUNICIPIO DE JANIÓPOLIS

TESTEMUNHAS:

M H MOREIRA DE ANDRADE LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 032/2024

O MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS. Estado do Paraná, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 286, centro monterio De America (n. 1882/001-83, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, sento no CNPI/MF seb o nº 76.402.882/0001-83, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, enhor ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI, inscrito no CFF sob. nº 279.333, 189-91, considerando o algamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PRECOS 014/2024, publicada no PNCF em 30/05/2024, processo administrativo nº 032/2024, RESOLVE reços da empresa M.A DAL POZZO ME, inscrita no CNPJ sob nº 13.871.403/0001 58, com sede na(o) Rua Manoel Ram , com sede na(o) Rua Manoel Ramires, nº 1736, Parque Industrial I, na cidade de Umuarama/PR ste ato representada pelo(a) senhor(a) MILTON ANDREASSA DAL POZZO, inscrito no CPF sob 778.788.509-25 e RG sob. nº 5.187.655-5 SSP/PR de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

## 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS DE AR E SIMILARES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO E CAMBAGEM, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS VEICULOS QUE INTEGRAM A FROTA DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS - PARANÁ, especificado Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº 014/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas

na proposta são as que seguem

ITEM	QUANT	UND	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNITÁRIO	TOTAL
12	80	UNIDADE	PNEU RADIAL 215/75 RADIAL	HEADWAY	R\$559,90	R\$44.792,00
			17.5 MISTO LISO - GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	HA603		
				Total	do Fornecedor:	R\$ 44.792,00

Valor total da presente Ata de Registro de preços R\$ 44.792,00 (Quarenta e quatro mil,

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para

### MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS ESTADO DO PARANÁ

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforn tiva apresentada nos estudos técnicos preliminares.

### Vedação a acréscimo de quantitativos

3.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços

# VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E

(4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual periodo, mediante

util subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual periodo, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar I (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos premediros.

disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

art. 124 da Lei Ir 14,153, de 2021. 44. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços: condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata

registrados na ata.

O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para

4.5. O registro a que se retere o item 4.4.2 tem por objenvo a formação de cacastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pel o signatário da ata.
4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou formecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas consultar biorderes. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições

estabelecidos no edital; e 4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses

previstas no item /.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistemy de Registro de Precos Sistema de Registro de Preços

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.74.7, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo

primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá.

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços

foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço

foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou 4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando finstrada a negociação de melhor condição. 4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação especifica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada. 4.14. Havendo a expedição de contrato a partir de saldo da ARP, seu prazo de vigência e as respectivas hipóteses de prorrogação serão regidas pelas disposições dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

### ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos consistencias de constante de const

serviços registrados, nas seguintes situações: 5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do principe ou em decorrência de fatos imprevisiveis ou previsiveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal imprevisíveis ou previsíveis de consequencias incarculaveis, que inviaolizem a execução da ata tai como pactuada, nos termos da alinea "d" do inciso I do caput do art. 124 da Lein "4.133, de 2021; 5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; 5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021. 5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos nos acaptaçãos.

previstos para a contratação; 5.1.3.2. No caso da re No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

### NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades

administrativas.

An hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se accitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação

mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e ás entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Let. nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não codor contratual.

poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que upostamente o impossibilite de cumprir o compromisso. 6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação

batória ou a planilha de custos

comprobatoria ou a plamilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas. 6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indefendo pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumpir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável. 6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para

gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7. 6.2.4. Se não obtiver éxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa. 6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14,133,

# CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor: 7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado

о солицуль со солицусть на вна не registro de preços, sem motivo justificado; Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela nistração sem justificativa razoável; 7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto no

11.402, de 2023; ou 7.1.4. Sofer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 1.56 da Lei nº 14.133, de 2021. 7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 1.56 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão

fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por

despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla 7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora

O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada

ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1. Por razão de interesse público:

7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou 7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto

8. DAS PENALIDADES
8.1. O descrimentario ento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades

tabelecidas no edital. 8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descump do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º

8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

# CONDIÇÕES GERAIS

inc. IX. do Decreto nº 11.462, de 2023)

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital

No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de te de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para

9.3. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Campo Mourão/Pr, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

9.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Janiópolis/Pr, 03 de junho de 2024 MUNICIPIO DE JANIÓPOLIS

M.A DAL POZZO ME

TESTEMUNHAS:



### MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 032/2024

O MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, Estado do Paraná, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 286, centro, insento no CNPJ/MF sob o nº 76.402.882/0001-83, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI, insento no CPF sob. nº 279.333.189-91, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 014/2024, publicada no PNCP em 30/05/2024, processo administrativo nº 032/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa MULTI COMÉRCIO DE PNEUS LTDA, insenta no CNPJ sob nº 50.108.526/0001-68, com sede na(o) Rua Duque de Caxias, nº 51.5, Centro, no Município de Boa Vista do Burica/RS, neste ato representada pelo(a) senhor(a) BERNARDO ANDRES FLACH, insento no CPF sob. nº 827.447.770-72 e RG sob. nº 108.783.409-7 SSP/RS de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital dicitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

### 1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS DE AR E SIMILARES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO E CAMBAGEM, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS VEICULOS QUE INTEGRAM A FROTA DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS – PARANÁ, especificado Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº 014/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de

### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas

LOTE/ ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
17	6	UNIDADE	PNEU 19.5 RADIAL 24 R 04 12 LONAS - GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	ASTROAY R4 RADIAL	R\$4.094,00	R\$24.564,00
18	4	UNIDADE	PNEU 90/90 - 19 - GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	MAGGION VIPER	R\$170,00	R\$680,00
24	4	UNIDADE	PNEU 15 X 6.00 ARO 6 LONAS - GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	BKT LG306	R\$230,00	R\$920,00
25	6	UNIDADE	PNEU 900X20 14 LONAS COMUM MISTO LISO - GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO DIMETRO	WESTLAKE CL946	R\$1.100,00	R\$6.600,00
33	8	UNIDADE	PNEU 7.50 - 16 - 08 LONAS - GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	MAGGION IMPLEMENT	R\$400,00	R\$3.200,00
39	8	UNIDADE	PNEU 5.00 - 12 - 4 LONAS - GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	MAGGION MICROCULT	R\$390,00	R\$3.120,00
52	4	UNIDADE	PROTETOR 20,5X25.	K RUBBER CARRETEIR	R\$160,00	R\$640,00

Valor total da presente Ata de Registro de preços R\$ 39.724,00 (Trinta e nove mil, setecentos

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

# 3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

### 3.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual periodo, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajeso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercicio financeiro a disponibilidade de creditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercicio financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da

registro de preços. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021

 $4.4. \hspace{0.5cm} Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:$ 

4.4.1. Seráo registrados na ata os regos e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela; 4.4.2. Será incluido na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que: 4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
 4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores

registrados na ata.
4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir sua propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas sequintes historeses:

ando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições 4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses

Na hipóte de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos

do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderás: 4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou 4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição. 4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contrator, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4.14. Havendo a expedição de contrato a partir de saldo da ARP, seu prazo de vigência e as respectivas hipóteses de prorrogação serão regidas pelas disposições dos arts. 106 e 107 da Lei nº

# ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do principe ou em decorrência de fatos imprevisiveis ou previsiveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alinea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quatiquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o indice previstos para a contratação.

.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios idos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

ótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fomecedor para negociar a redução do

o legistrato.

1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será rado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades

administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver évito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabiveis para obtenção de contratação

cancetantento da ala de registo de preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14,133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tomar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que consectemente a impossibilite de cumprir o compromisso.

supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso. supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuizo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.
6.2.4. Se não obtiver éxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao nento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

a obtenção da contratação mais vantajosa. 6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado. 6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará nos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratos do observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133,

### CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº

ño prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021. 7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigencia da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa

defesa.
7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fomecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora.
8. Na hipótese de cancelamento do registro do fomecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora.
9. Cadastro de reserva, observada a ordem de

classificação.
7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
7.4.1. Por razão de interesse público;
7.4.2. A pedide do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

### 8. DAS PENALIDADES da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades



# MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das rências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor

### 9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

9.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para a Administração.

9.3. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Campo Mourão/Pr, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

9.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Janiópolis/Pr, 03 de junho de 2024.

### MUNICIPIO DE JANIÓPOLIS CONTRATANTE

MULTI COMÉRCIO DE PNEUS LTDA

Nome RG:

# ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2024 PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 032/2024

O MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, Estado do Paraná, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 286, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.402.882/0001-83, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor ISMAEL JOSE DEZANOSKI, inscrito no CPF sob. nº 279.333.189-91, considerando o jugamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 014/2024, publicada no PNCP em 30/05/2024, processo administrativo nº 032/2024, RESOLVE registrar o so preços da empresa PIETRO E-COMMERCE LTDA, inscrita no CNPI sob nº 48.878.990/0001-91, com sede na(o) Rua 1139, nº 664, Itajuba, no Município de Barra Velha/SC, caste ato representada pelcója senhoridy ANTONIO RAIMUNDO GUEDES, inscrito no CPF sob. nº 996.860.238-87 e RG sob. nº 8.065.355-8 SSP/SP de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes as normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abrid de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual AQUISIÇÃO DE PNEUS, A presente ata tent poi opera o registro de preços para a eventiana AQUISIA, AD DE FINELS, CAMARAS DE AR SIMILARES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO E CAMBAGEM, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS VEICULOS QUE INTEGRAM A FROTA DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS – PARANÁ, especificado Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº 014/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de

### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas conosta são as que seguem: LOTE/ ITEM QUANT UND DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO MARCA UNITÁRIO TOTAL

ı		4	10	UNIDADE	PNEU 900X20 16 LONAS	SAILUN	R\$1.450,00	R\$14.500,00
ı					BORRACHUDO - RADIAL - GARANTIA DE 05 ANOS PARA	S711	- 1	
ı		l			DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E		- 1	
ı					CERTIFICADO PELO INMETRO		- 1	
ı		5	26	UNIDADE	PNEU 1400 RADIAL 24 16 LONAS -	TRIANGLE	R\$4.200,00	R\$109.200,00
-		l			GL2.2 - PARA USO SEM CAMARA-	G-2 T2	I	
-		l			GARANTIA DE 05 ANOS PARA	TB515	- 1	
-		l			DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E		- 1	
-					CERTIFICADO PELO INMETRO			
-		- 6	60	UNIDADE	PNEU RADIAL 175/70 - RADIAL14	JKTYRE/V	R\$250,00	R\$15.000,00
-		l			88T PARA CARGA- 05 ANOS DE	EC	- 1	
-		l			GARANTIA E CERTIFICADO PELO		- 1	
-					INMETRO			
ı								
ı	lí	8	60	UNIDADE	PNEU RADIAL 185/60 - 15 88H-	XBRI	R\$220,00	R\$13.200,00
-	I 1				GARANTIA DE 05 ANOS PARA	FASTWAY		
-	I 1		l		DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E		l	
-	1 1				CERTIFICADO PELO INMETRO			
-	I 1	9	8	UNIDADE	PNEU 17.5 RADIAL 25 20 LONAS L3-		R\$5.200,00	R\$41.600,00
-	I		I	I	GARANTIA DE 05 ANOS PARA		I	
-	I		I	I	DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E	TB516	I	1
- 1			l		CERTIFICADO PELO INMETRO	1	1	

			CERTIFICADO PELO INMETRO			
9	8	UNIDADE	PNEU 17.5 RADIAL 25 20 LONAS L3- GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E	TRIANGLE L-3 T1 TB516	R\$5.200,00	R\$41.600,00
			CERTIFICADO PELO INMETRO	15510	1	
14	12	UNIDADE	PNEU RADIAL 165/70 RADIAL 13 -	SAILUN	R\$180,00	R\$2.160,00
			GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E	ATREZZO SH406		
			CERTIFICADO PELO INMETRO			
15	4	UNIDADE	PNEU 23.1/30 - 12 LONAS - GARANTIA DE 05 ANOS PARA	EMPEROR EP20	R\$3.080,00	R\$12.320,00
			DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO			
16	8	UNIDADE	PNEU 12.5 - 80-18 - GARANTIA DE	EMPEROR	R\$900,00	R\$7.200,00
			05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO	EP08 MPT		
			PELO INMETRO			
19	4	UNIDADE	PNEU 12.4/ 24 12 LONAS, R 1-	EMPEROR	R\$1.200,00	R\$4.800,00
			GARANTIA DE 05 ANOS PARA	EP15	1	
			DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO		1	
20	8	UNIDADE	PNEU 16.9/30 12 LONAS - R1	EMPEROR	R\$2.600,00	R\$20.800,00
20	l "	011111111111111111111111111111111111111	GARANTIA DE 05 ANOS PARA	EP18	11021000,00	1000000000
			DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E		1	
			CERTIFICADO PELO INMETRO			
21	8	UNIDADE	PNEU 14.9 - 24, 12 LONAS - R1	EMPEROR	R\$1.600,00	R\$12.800,00
			GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E	EP16	1	
			CERTIFICADO PELO INMETRO		1	
22	4	UNIDADE	PNEU 18.4 X 30 - 12 LONAS, R1 -	EMPEROR	R\$2.900,00	R\$11.600,00
		0112012	GARANTIA DE 05 ANOS PARA	EP18	210211 00,00	1101111000,00
			DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E		1	
			CERTIFICADO PELO INMETRO			
27	6	UNIDADE	PNEU 1300X24 12 LONAS - GARANTIA DE 05 ANOS PARA	EMPEROR EP01	R\$2.100,00	R\$12.600,00
			DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E	EPUI	1	
			CERTIFICADO PELO INMETRO			
29	40	UNIDADE	PNEU RADIAL 175/70/13 82T -	TORNEL	R\$220,00	R\$8.800,00
			GARANTIA DE 05 ANOS PARA	CLASSIC		
			DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E			
30	40	UNIDADE	CERTIFICADO PELO INMETRO PNEU RADIAL 215/75 R16 8 LONAS	SUNWIDE	R\$330.00	R\$13.200.00
30	40	UNIDADE	113R - GARANTIA DE 05 ANOS	VANMATE	R\$330,00	K\$13.200,00
			PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO		1	
			E CERTIFICADO PELO INMETRO			
40	10	UNIDADE	PNEU 12 - 16.5- 12 LONAS,	EMPEROR	R\$750,00	R\$7.500,00
			GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E	EP10	1	
			CERTIFICADO PELO INMETRO			
41	8	UNIDADE	PNEU 215 - 50/17 -95 W RADIAL -	XBRI	R\$280,00	R\$2.240,00
			GARANTIA DE 05 ANOS PARA	SPORT		
	l		DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E	PLUS F1	1	
47	-	UNIDADE	CERTIFICADO PELO INMETRO PROTETOR ARO 24	ALWAYSR	R\$50.00	R\$200.00
47	4			UN		
48	4	UNIDADE	PROTETOR 295/80 22.5	CARRETEI R	R\$30,00	R\$120,00
49	4	UNIDADE	PROTETOR - 17.5 - 25 - RADIAL	ALWAYSR UN	R\$100,00	R\$400,00
50	4	UNIDADE	PROTETOR 12.4/ AR 24 - R1	ALWAYSR	R\$50,00	R\$200,00
				UN	1.000,00	110200,000
51	4	UNIDADE	PROTETOR 1100 RADIAL 22	CARRETEI	R\$32,00	R\$128,00
53	4	UNIDADE	PROTETOR 275/80 R 22.5	R CARRETEI	R\$35,00	R\$140,00
54	30	UNIDADE	PROTETOR RADIAL ARO 20	R ALWAYSR	R\$35,00	R\$1,050,00
34	30	UNIDADE	PROTETOR RADIAL ARO 20	UN	1355,00	K\$1.030,00
5.5	24	UNIDADE	PROTETOR 1400X24.	ALWAYSR UN	R\$55,00	R\$1.320,00
56	20	UNIDADE	CAMARA DE AR 750X16 - BICO	JABUTI	R\$52,00	R\$1.040,00
57	30	UNIDADE	CURTO CAMARA DE AR KM24	TR15 JABUTI	R\$116,00	R\$3.480,00
37	30	JAIDADE .	CAMPAGN DE AR RINES	TR220A	A\$110,00	2003.460,00
				11000011		

				R		
49	4	UNIDADE	PROTETOR - 17.5 - 25 - RADIAL	ALWAYSR UN	R\$100,00	R\$400,0
50	4	UNIDADE	PROTETOR 12.4/ AR 24 - R1	ALWAYSR UN	R\$50,00	R\$200,0
51	4	UNIDADE	PROTETOR 1100 RADIAL 22	CARRETEI R	R\$32,00	R\$128,00
53	4	UNIDADE	PROTETOR 275/80 R 22.5	CARRETEI R	R\$35,00	R\$140,00
54	30	UNIDADE	PROTETOR RADIAL ARO 20	ALWAYSR UN	R\$35,00	R\$1.050,00
55	24	UNIDADE	PROTETOR 1400X24.	ALWAYSR UN	R\$55,00	R\$1.320,00
56	20	UNIDADE	CAMARA DE AR 750X16 - BICO CURTO	JABUTI TR15	R\$52,00	R\$1.040,00
57	30	UNIDADE	CAMARA DE AR KM24	JABUTI TR220A	R\$116,00	R\$3.480,00
58	30	PACOTE	CAMARA DE AR ARO 20	JABUTI TR78A	R\$70,00	R\$2.100,00
59	12	UNIDADE	CAMARAS DE AR 900X20 RADIAL	JABUTI TR78A	R\$80,00	R\$960,00
60	4	UNIDADE	CAMARA DE AR 700/750 - 16	JABUTI TR75A	R\$50,00	R\$200,00
61	6	UNIDADE	CAMARA DE AR 175/70 R 13	JABUTI	R\$40,00	R\$240,00
62	10	UNIDADE	CAMARA DE AR 1300 X 24	JABUTI	R\$140,00	R\$1.400,00
63	10	UNIDADE	CAMARA DE AR - 17.5-25	JABUTI	R\$200,00	R\$2.000,00
65	4	UNIDADE	CAMARAS DE AR 215/75-17.5	JABUTI	R\$100,00	R\$400,00
66	8	UNIDADE	CAMARA DE AR 12 - 16.5	JABUTI	R\$90,00	R\$720,00
67	4	UNIDADE	CAMARA 19.5 L24	JABUTI	R\$250,00	R\$1.000,00
68	4	UNIDADE	CAMARA DE AR 12.5 - 80X18	JABUTI TR15	R\$130,00	R\$520,00
69	4	UNIDADE	CAMARA DE AR 275/80 R22.5	JABUTI TR78A	R\$92,00	R\$368,00
70	4	UNIDADE	CAMARA DE AR 20,5 X 25	JABUTI TRJ1175	R\$340,00	R\$1.360,00
71	4	UNIDADE	CAMARA DE AR 15/600 X 6	JABUTI TR4	R\$330,00	R\$1.320,00
72	4	UNIDADE	CAMARA DE AR 18.4X30 12 LONAS R1	JABUTI TR218A	R\$280,00	R\$1.120,00
73	4	UNIDADE	CAMARA DE AR 14.9/24	JABUTI TR218A	R\$260,00	R\$1.040,00
74	4	UNIDADE	CAMARA 16.9/30	JABUTI TR218A	R\$350,00	R\$1.400,00
75	4	UNIDADE	CAMARA 12.4/ AR 24	JABUTI	R\$150,00	R\$600,00
76	4	UNIDADE	CAMARA DE AR PNEU 19.5 RADIAL 24	JABUTI TR220A	R\$151,00	R\$604,00
78	4	UNIDADE	CAMARA 23.1/30	JABUTI TR218A	R\$347,00	R\$1.388,00
79	4	UNIDADE	CAMARA DE AR 1100X22	JABUTI TR78A	R\$130,00	R\$520,00
		<b>'</b>	·		Fornecedor:	R\$336.858.00

Valor total da presente Ata de Registro de preços R\$ 336.858,00 (Trezentos e trinta e seis mil,

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo 3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Não será admitida a adesão à ata de registro de preços ificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

# Vedação a acréscimo de quantitativos

3.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços

# 4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA 4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente á data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual periodo, mediante

a antienta de correcteor, desse que comprovado o preço vanajasso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro. disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da

gistro de preços. Ds contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o da Lei nº 14.133, de 2021. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços.
4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
4.4.2. Será incluido na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

 Mantiverem sua proposta original.
 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores stro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para ossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Lo espaso a que se retere o tem 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2 asomente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas sesuintes hintóreses:

seguintes hipoteses: 4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições



ESTADO DO PARANÁ

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses

4.1.2. Quando notiver o cancetamento do registro do inciante ou do registro de preços has inpoteses previstas no item 7.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuizo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual periodo, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de Preços.

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.74.7, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipórese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos

de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do eitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fomecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário, ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4.14. Havendo a expedição de contrato a partir de saldo da ARP, seu prazo de vigência e as respectivas hipóteses de prorrogação serão regidas pelas disposições dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

### ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos

serviços registrados, nas seguintes situações: 5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do principe ou em decorrência de fatos 5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do principe ou em decorrência de fatos imprevisiveis ou previsiveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alinea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei n° 14.133, de 2021; 5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados, 5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de clâusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei n° 14.133, de 2021. 5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contragem da anualidade e o índice previstos para a contratação:

os para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios

### NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do

super-venente, o inga ou entrada gerandador convocara o romecedo para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativos.

administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ac cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação registrator de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação registrator de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação registrator de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação registrator de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação registrator de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação registrator de preços de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação registrator de preços de preços de precision de precision de contratação registrator de precision de p

6.1.3. Se não obtiver éxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabiveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fomecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso:

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão cu entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item 4.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços registrado, o biens 8.4, e adotará as medidas cabiveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. O ôrgão ou entidade ge

- O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
  Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
  Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela
- 7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto n
- 7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou 7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021. 7.1.4. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção. 7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os principios do contraditório e da ampla defesa.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1. Por razão de interesse público;

7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades 8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor

# 9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste. ontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

9.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para

9.3. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Campo Mourão/Pr, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

9.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes

Janiópolis/Pr, 03 de junho de 2024

MUNICIPIO DE JANIÓPOLIS

PIETRO E-COMMERCE LTDA

TESTEMUNHAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 032/2024

O MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, Estado do Paraná, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 286, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.402.882/0001-83, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI, inscrito no CPF sob. nº 279.333.189-91, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 014/2024, publicada no PNCP em 30/05/2024, processo administrativo nº 032/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 10.158.356/0001-01, com sede na(o, Rua Antonio Heil, nº 800, Km 01.58alo 2, na cidade de Itajai/SC, neste ato representada pelo(a) senhor(a) VITOR DAS NEVES LEME, inscrito no CPF sob. nº 062.320.859-81 e CNH sob. nº 03831203841 DETRAN/SC de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade octada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

# 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS DE AR E SIMILARES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO E CAMBAGEM, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS VEICULOS QUE INTEGRAM A FROTA DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS - PARANÁ, especificado Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº 014/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de

# 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas

LOTE/ ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
13	16	UNIDADE	PNEU RADIAL 1100 RADIAL 22,	GOODYEAR	R\$2.060,00	R\$32.960,00
			16 LONAS, LISO - GARANTIA DE	STEELMAR		
			05 ANOS PARA DEFEITOS DE	K AGS		
			FABRICAÇÃO E CERTIFICADO			
			PELO INMETRO			
				Total	do Fornecedor:	R\$ 32.960,00

Valor total da presente Ata de Registro de preços R\$ 32.960,00 (Trinta e dois mil, novecento:

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo

### MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Vedação a acréscimo de quantitativos

3.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E

CADASTRO RESERVA
4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso 4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio

instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro 4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da

4.1.2. Na formanação do contacto do do instantento substituto devera naver a marcação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de

2021.
4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes

art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
4.4.2. Mantiverem sua proposta original.
4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes rema

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipoteses previstas no item 7.
4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuizo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorogado 1 (uma) vez, por igual periodo, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.74.7, observando o item 4.7 e subtires, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo

de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo 4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos

do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos

do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

1.2.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condições (1.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4.14. Havendo a expedição de contrato a partir de saldo da ARP, seu prazo de vigência e as respectivas hipóteses de prorrogação serão regidas pelas disposições dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

### ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do principe ou em decorrência de fatos imprevisiveis ou previsiveis de consemências incalculávais, que invidebilizam a cuenção de tento.

imprevistoreis ou previsiveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alinea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021; 5.12. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; 5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021. 5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contratação direta de o indice previstos nava a contratação.

ristos para a contratação 5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Na hinótese da a reconstructiva de la constant de la co Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo veniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do

supervenencie, o organ de cinama gentrale estructura de preço registrado.
6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades

administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado. 6.1.3. Se não obtiver éxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ac cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação: 6.1.4. Na hipótese de redução do preco registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a plamilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

às condições inicialmente pactuadas. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que in registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável. 6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para

gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7. 6.2.4. Se não obtiver écito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabiveis para a obtenção da contratação mais vantajosa. 6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado. 6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiveren firmado contratas de correntes da sa de registra de precos sobre a efetiva elteração da preco registrado, para

contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

# CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2°, do Decreto n 7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021. 7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência

da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penantada apricada ao fornecedor nao unrapasse o prazo de vigencia da ata de registro de precos, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa

despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas: 7.4.1. Por razão de interesse puonco;
7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
7.4.3. Se não houver éxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3° e 27, § 4°, ambos do Decreto

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preço que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumpriment do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

# CONDIÇÕES GERAIS

nº 11.462, de 2023.

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

9.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para

9.3. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Campo Mourão/Pr, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

9.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Janiópolis/Pr, 03 de junho de 2024

MUNICIPIO DE JANIÓPOLIS

PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA

Portal dos Municípios já disponibiliza dados

fiscais para 150 prefeituras do Paraná Mais de 150 cidades do Paraná já aderiram ao Portal dos Municípios, ferramenta criada pela Secretaria da Fazenda e pela Receita Estadual, e desenvolvida pela Celepar, que possibilita aos 399 municípios paranaenses acesso a informações econômicas e fiscais a partir da

turas e Estado. O portal proporciona um conjunto de serviços padronizados que auxiliam na gestão financeira e facilitam a tomada de decisões dos gestores municipais, além de contribuírem para a eficácia da fiscalização, da promoção da conformidade e da arrecadação no âmbito local.

troca de dados entre prefei-

"A Fazenda Estadual realiza contato constante com as prefeituras para que mais cidades façam a adesão, com intuito de oferecer mais autonomia e eficiência na gestão pública, além de contribuir para a construção de um Paraná mais moderno e transparente", destaca o secretário da Fazenda, Norberto Ortigara.

PRODUTORES RU-RAIS – A plata forma oferece o Relatório de Produtor Rural, o serviço mais recente lançado no Portal dos Municípios. Esse relatório fornece informações econômicofiscais limitadas, referentes a produtos primários, para cada município, considerando as transações realizadas em estabelecimentos de seu domicílio tributário.

O prazo para que os produtores rurais emitam exclusivamente a Nota Fiscal de Produtor Eletrônica (NFP-e) nas transações que envolvam circulação de mercadorias foi estendido até 2 de janeiro de 2025. O adiamento ocorreu em decorrência das enchentes no Rio Grande do Sul.

Além disso, a plataforma oferece outras informações econômicas e fiscais, como a Declaração de Informações de Meios de Pagamentos nas transações financeiras, como cartões de crédito e e fazendária.

débito, entre outros instrumentos. O ambiente também engloba o Menor Preço Compras, voltado à consulta de valores diversos cobrados

pelo comércio. O objetivo do Governo do Estado é disponibilizar informações e relatórios econômico-fiscais atualizados a respeito dos tributos de sua competência, e que sejam de interesse de cada um dos municípios.

ADESÃO – Para acessar os dados, informações e relatórios disponibilizados no portal, os municípios precisam aderir ao serviço por meio de um convênio de cooperação técnica entre os órgãos estaduais e as prefeituras. Todas as informações e serviços disponibilizados são estritamente compatíveis com a competência tributária municipal e a legislação pertinente. As cidades interessadas podem fazer a adesão por meio do e-Protocolo, enviando o pedido para a Receita Estadual.

PROFISCO-OPortal dos Municípios foi desenvolvido como parte da segunda fase do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado (Profisco II), uma iniciativa liderada pela Secretaria da Fazenda em colaboração com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Este projeto tem como objetivo primordial aprimorar a gestão pública no Paraná, especialmente nas áreas fiscal, fazendária e financeira.

Com um investimento total de cerca de R\$ 270 milhões (equivalente a US\$ 55 milhões), a serem alocados até 2025, o financiamento para o Profisco II é composto por R\$ 245 milhões (ou US\$ 50 milhões) provenientes do BID, enquanto o governo estadual contribui com R\$ 25 milhões (ou US\$ 5 milhões) como contrapartida. Este projeto visa incorporar (DIMP), documento usado serviços e tecnologias de para informar ao Fisco os ponta, direcionados tanto meios de pagamento usados aos contribuintes quanto à otimização da gestão fiscal

# Governador sanciona lei que cria o programa Parceiro da Escola

O governador Carlos Massa Ratinho Junior sancionou nesta terça-feira (4) a lei ( 22.006/2024) que cria o programa Parceiro da Escola e permite a implantação em 204 unidades elegíveis da rede estadual. Ele foi aprovado por ampla maioria na Assembleia Legislativa após discussões nas duas últimas semanas.

O programa da Secretaria de Estado da Educação (Seed) tem a finalidade de melhorar a gestão administrativa e de infraestrutura de escolas estaduais mediante parceria com empresas especializadas em gestão educacional. As empresas ficarão responsáveis pelo gerenciamento administrativo de escolas selecionadas e pela gestão de terceirizados na limpeza e segurança.

"O próximo passo é a consulta aos professores, pais, alunos e responsáveis, que vão decidir, de forma democrática, se querem implantar o projeto em suas escolas. È uma nova dinâmica para que a melhor educação do País amplie seus horizontes", disse o governador Ratinho Junior.

O Parceiro da Escola será instalado mediante consulta semelhante à feita para implantação dos colégios cívicomilitares. Ou seja, dentro de um processo democrático, ouvindo a comunidade escolar. A votação nas escolas será preferencialmente de forma presencial.

A consulta vai acontecer em 204 escolas, nas quais foram observados pontos passíveis de aprimoramento em termos pedagógicos, projetando inclusive a diminuição da evazão escolar.

A lei recebeu emendas dos deputados estaduais. Entre elas. está a possibilidade do professor efetivo trocar de escola caso queira, por meio da oferta de vaga em concurso de remoção. O programa garante aos professores contratados pelo parceiro os mesmos salários e o direito à hora-atividade prevista na legislação.

Há exigência de que o parceiro comprove cinco anos de experiência, capacidade técnica e competência para o programa, que devem ser critérios do edital. O parceiro ainda deverá ser avaliado a cada ciclo contratual conforme parâmetros da Seed em relação à evolução da frequência, evolução da aprendizagem, manutenção e conservação das instalações e satisfação da comunidade escolar.

A lei ainda deixa claro que o parceiro atuará exclusivamente nas dimensões administrativa e financeira, mantendo sob o controle da Seed a autonomia absoluta sobre o projeto pedagógico. Em relação à merenda, a Seed deverá fornecer a alimentação. Porém o parceiro poderá complementá-la se necessário.

# Copacol conquista certificação por excelência em tratamento de sementes

Ter uma semente de qualidade faz toda a diferença no processo produtivo. Por isso, a Copacol se preocupa em realizar pesquisas e tratamentos nas sementes da Cooperativa que são comercializadas, o que garante a qualidade fisiológica de cada uma delas. O cuidado em todo o processo produtivo, desde a escolha dos campos onde são plantadas e colhidas as sementes, até as pesquisas realizadas no CPA (Centro de Pesquisa Agrícola) e a armazenagem correta, é o que faz a diferença.

E o reconhecimento desse cuidado e dedicação vem de produtores e empresas parceiras, como o caso da Syngenta. Pelo segundo ano consecutivo a Copacol conquistou o selo Seedcare de excelência para tratamento de sementes industrial (TSI). Para alcançar a



Copacol se preocupa em realizar pesquisas e tratamentos nas sementes da Cooperativa que são comercializadas, o que garante a qualidade fisiológica de cada uma delas

certificação, alguns pontos devem ser seguidos: dosagem ideal de tratamento por semente, alta germinação, manutenção dos maquinários em dia, cuidados com os colaboradores, proteção ao meio ambiente e conformidade com a legislação. Além dos profissionais da Syngenta, auditores externos também realizaram a avaliação das sementes para o fornecimento do selo.

"Para nós, ter o reconhecimento através desse selo, é motivo de orgulho, pois concentramos nossos esforços no trabalho diário para entregar as melhores soluções técnicas e que tragam rentabilidade para os cooperados. Ser reconhecida pela Syngenta como padrão de qualidade só reforça que o trabalho da Copacol está sendo bem feito", afirma o gerente de Insumos da Cooperativa, Fernando Fávero.

Atualmente, a Copacol conta com duas unidades de TSI, em Cafelândia e Cascavel, que possuem equipamentos modernos, para garantir a adequada aplicação do tratamento as sementes. Além da qualidade do TSI, a Copacol investiu também na armazenagem refrigerada de sementes: a climatização programada em 15°C e a umidade relativa de 55% garantem a manutenção da qualidade fisiológica das sementes.

# Governo do Estado abre inscrições para nova residência técnica na área do turismo

Profissionais recém-formados em administração, comunicação, design, direito, economia, engenharia ambiental, gestão pública e turismo podem se inscrever, a partir desta quarta-feira (5), na segunda edição do Programa de Residência Técnica (Restec) de Gestão em Turismo, do Governo do Paraná. Pela Restec, os selecionados terão uma experiência profissional no mercado de trabalho, atuando em órgãos estaduais.

Ainiciativa envolve, ainda, um curso de pós-graduação em nível de especialização, custeado pelo Estado e ofertado pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), na modalidade de ensino a distância (EAD).

Ao todo, são 40 vagas para atuar na Secretaria de Estado do Turismo (Setu), em Curitiba, e nos núcleos regionais da pasta, que estão localizados em



Podem se inscrever recém-formados em administração, comunicação, design, direito, economia, engenharia ambiental, gestão pública e turismo

11 municípios do Interior do Estado. As inscrições são gratuitas e podem ser realizadas pela internet até 25 de junho. As provas serão realizadas no formato online em 8 de julho, com previsão de divulgação do resultado para 19 de julho. A matrícula será realizada no período de 22 de julho a 9 de agosto. Já as atividades estão previstas para começar em setembro.

São ofertadas 15 vagas

para a Capital; o Noroeste tem vagas distribuídas em Loanda (2), Maringá (2) e Umuarama (3); no Sudoeste, contam com vagas os municípios de Dois Vizinhos (2) e Pato Branco (2); no Oeste, Foz do Iguaçu (3); no Vale do Ivaí, Ivaiporã (3); já o Norte do Estado tem Londrina (3) e a região de Norte Pioneiro conta com Jacarezinho (2); o Litoral é representado por Paranaguá (2); enquanto Ponta Grossa, na região dos Campos Gerais, tem uma vaga.

Os selecionados irão receber bolsa-auxílio mensal no valor de R\$ 2.375,00, mais auxílio-transporte de R\$ 264,00. Para concorrer às vagas, os interessados devem ter concluído o curso de graduação no máximo há três anos. O programa terá duração de dois anos, com previsão de 450 horas para o curso de especialização e 30 horas semanais para o desenvolvimento de atividades práticas.

Coordenados pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti), os programas de Restec são desenvolvidos em parceria com outros órgãos do Poder Executivo e as instituições estaduais de ensino superior,

que são responsáveis pelo conteúdo acadêmico. Na Restec de Gestão em Turismo, os profissionais selecionados terão oportunidade de atuar na cadeia produtiva e nos projetos empreendidos pelo governo para esse setor.

Segundo o secretário estadual da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná, Aldo Bona, os programas de residência são voltados para a qualificação de profissionais para o setor público. "Essa modalidade de pós-graduação se destaca por oferecer aos profissionais de diferentes áreas do conhecimento uma imersão profunda em cenários reais de atuação governamental, complementando a base teórica adquirida durante a graduação, especialmente em áreas que demandam vivência prática", afirmou.

Ele explica que o intuito é apresentar o setor público como uma oportunidade de carreira para os profissionais recém-formados. "O setor público oferece aos jovens um universo de oportunidades de aprendizado e desenvolvimento profissional, além de despertar um senso de propósito em prol do bem-estar social", sinalizou o secretário.





- CÂMERAS
- INTERFONE
- MOTOR DE PORTÃO
- CERCA ELÉTRICA
- ALARME MONITORADO

44 3522-2570 44 98817-1103

AV. JOSÉ GERALDO DE SOUZA, 474 - JARDIM LINDÓIA - GOIOERÊ - PR.